

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA**

Tuany Defaveri Begossi

**AS ATLETAS PIONEIRAS NO CENÁRIO PARALÍMPICO SUL-RIO-GRANDENSE:
nuances de uma prática esportiva**

Porto Alegre

2015

Tuany Defaveri Begossi

**AS ATLETAS PIONEIRAS NO CENÁRIO PARALÍMPICO SUL-RIO-GRANDENSE:
nuances de uma prática esportiva**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharela em Educação Física pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Janice Zarpellon Mazo.

Porto Alegre

2015

Tuany Defaveri Begossi

**AS ATLETAS PIONEIRAS NO CENÁRIO PARALÍMPICO SUL-RIO-GRANDENSE:
nuances de uma prática esportiva**

Conceito final:

Aprovado em.....de.....de.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adroaldo Cezar Araujo Gaya – UFRGS

Orientadora – Profa. Dra. Janice Zarpellon Mazo – UFRGS

Dedico este estudo à minha família, que me guia, apoia e sonha junto comigo. São os alicerces da minha trajetória e o sentido da minha vida.

As pessoas e aos atletas paralímpicos que me ensinaram a perceber o mundo pelos seus inúmeros sentidos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Gilberto e Lurdes, que são meus guias e incentivadores das minhas escolhas. Obrigada pelo amor incondicional e por serem meus maiores e melhores exemplos. É, especialmente, por vocês e para vocês, que eu busco a cada dia, ser uma pessoa melhor.

A minha irmã Tayná, que está sempre ao meu lado e participa das minhas alegrias e aflições. Obrigada por tudo, especialmente, por estar o tempo todo junto e perto de mim, e por representar tanto na minha vida.

A Profa. Dra. Janice Zarpellon Mazo, orientadora deste trabalho, que me mostrou um novo caminho a trilhar durante minha formação. Obrigada por oportunizar a mim o contato com o esporte paralímpico e com este universo do esporte adaptado. Muito mais que aprendizados acadêmicos, tive a oportunidade de aprender a ver e a sentir o mundo de outras maneiras.

Ao meu querido Marcos Vinícius Tortini por ser a extensão do que eu sou. Obrigada por me apoiar e incentivar em todos os momentos. És o motivo do meu sorriso todos os dias.

A minha família, pela união presente em todos os momentos. Sou grata por poder conviver com pessoas tão especiais e que representam tanto para mim.

Aos amigos de longa data e também aqueles que os laços foram estreitados durante a convivência na ESEFID/UFRGS. Em especial, agradeço aos colegas e amigos do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME), pelos aprendizados e convivência diária. Este trabalho foi construído também por vocês, seja no auxílio para a coleta das fontes do projeto ou durante as conversas nos inúmeros encontros.

As atletas, Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo, pela disponibilidade em dividir conosco suas memórias. Obrigada por terem representado tanto para o esporte paralímpico sul-rio-grandense e nacional e, acima de tudo, por terem escrito a história do atletismo paralímpico durante um tempo tão difícil.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, em especial aos professores que de maneira íntegra e séria se dedicam a formação de futuros professores de Educação Física. Fazer a escolha pela docência é admirável, entretanto, inspirar no aluno o desejo pelo aprendizado é tarefa nobre.

A todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta conquista e que estão presentes na minha caminhada mesmo que distantes.

Minha eterna gratidão!

*“Disse a flor para o pequeno príncipe:
É preciso que eu suporte duas ou três
lagartas se quiser conhecer as
borboletas”.*
(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

A presente pesquisa aborda a participação de mulheres pioneiras em competições de atletismo paralímpico sul-rio-grandense e nacional. As atletas deficientes visuais, Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo, vivenciaram o contexto inicial de estruturação deste campo esportivo no Rio Grande do Sul. Ademais, destacaram-se em competições nacionais de atletismo e representaram o Brasil nos Jogos Paralímpicos de 1988, em Seul, Coréia do Sul. Diante disso, o objetivo deste estudo histórico é investigar os percursos esportivo das três atletas sul-rio-grandenses deficientes visuais, pioneiras no atletismo paralímpico. Para tanto, privilegiou-se o referencial teórico-metodológico da Nova História Cultural e da História Oral, assentando-se na análise de fontes orais, as quais foram confrontadas com os resultados obtidos através da revisão bibliográfica. A investigação demonstrou que as três atletas sul-rio-grandenses se inseriram de maneiras distintas no esporte paralímpico, mas que suas histórias se cruzaram por meio da prática do atletismo. Além disso, suas narrativas evidenciaram muito mais que suas trajetórias esportivas, elas registraram parte da história esportiva paralímpica brasileira. Diante disso, consideramos que as atletas deixaram um legado, que a presente pesquisa buscou revelar. Espera-se, por meio desta versão da história, contribuir com outros estudos, mas também preservar a memória esportiva do País que sediará os Jogos Paralímpicos em 2016.

Palavras-chave: Atletismo. Mulheres. Deficientes visuais. Jogos Paralímpicos.

ABSTRACT

This research approaches the participation of pioneer women in paralympic athletics competitions of Rio Grande do Sul and national levels. The visually impaired athletes, Anelise Hermany, Leila Marques and Vera Bergamo, have experienced the initial structuring context of this sport field in Rio Grande do Sul. Moreover, they have shined through national athletics competitions and they have represented Brazil at the 1988 Paralympic Games in Seoul, South Korea. Thus, the aim of this historical study is to investigate the sporting routes of the three visually impaired athletes from Rio Grande do Sul that are pioneers in paralympic athletics. For this purpose, the research focused on the theoretical and methodological referential of the New Cultural History and Oral History, relying on the analysis of oral sources, which were confronted with the results obtained from the literature review. The research has shown that the three athletes from Rio Grande do Sul were inserted in different ways in the paralympic sport, but their stories have intercrossed through the practice of athletics. In addition, their narratives showed much more than their sport trajectories, they recorded part of the Brazilian paralympic sports history. Therefore, it is considered that the athletes have left a legacy that this research sought to reveal. It is hoped, through this version of history, to contribute with other studies and also to preserve the sporting memory of the country that is going to host the Paralympic Games in 2016.

Keywords: Athletics. Women. Visually impaired. Paralympic Games.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Medalhas conquistadas pela atleta Anelise nos Jogos Paralímpicos de 1984.	55
Figura 2 - Medalhas conquistadas pela atleta Vera no Campeonato Sul-Americano (1985).	58
Figura 3 - Delegação feminina de atletismo que foi aos Jogos de Seul, em 1988.	59
Figura 4 - Medalhas conquistadas pela atleta Anelise nos Jogos de Seul (1988).	62
Figura 5 - Recordações dos Jogos Paralímpicos de Seul da atleta Vera Bergamo.	63
Figura 6 - Medalhas conquistadas pela atleta Vera Bergamo	68
Figura 7 - Medalhas conquistadas pela atleta Vera Bergamo	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDA - Associação Brasileira de Desporto para Amputado

ABDC - Associação Brasileira de Desporto para Cegos

ABRADECAR - Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas

ACELB - Associação de Cegos Luiz Braille

ACERGS - Associação de Cegos do Rio Grande do Sul

ANDE - Associação Nacional de Desporto de Deficientes

CBDS - Confederação Brasileira de Desporto para Surdo

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro

ESEFID - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança

IBC - Instituto Benjamin Constant

IBIS - Instituto Brasileiro de Integração Social

IBSA - *International Blind Sports Association*

INES - Instituto Nacional da Educação dos Surdos

IPC - *International Paralympic Committee*

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MAS - Ministério da Ação Social

MBES - Ministério da Habitação e Bem-Estar Social

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MINTER - Ministério do Interior

NEHME - Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física

SEED - Secretaria de Educação Física e Desporto

SEDES/PR - Secretaria de Desportos da Presidência da República

SELB - Sociedade Esportiva Luiz Braille

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência

SESC - Serviço Social do Comércio

UCS - Universidade de Caxias do Sul

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO- METODOLÓGICO.....	17
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3. O ATLETISMO PARA DEFICIENTES VISUAIS NOS JOGOS PARALÍMPICOS	23
4. AS ATLETAS PIONEIRAS NO ATLETISMO PARALÍMPICO	29
4.1 A INSERÇÃO NA PRÁTICA ESPORTIVA	29
4.2 AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE PARALÍMPICO	38
4.3 A PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	50
4.4 O ENCERRAMENTO DA CARREIRA ESPORTIVA	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	82
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	84

1. INTRODUÇÃO

O esporte paralímpico brasileiro tem se desenvolvido de maneira significativa nos últimos anos. Esta nova conformação está relacionada, sobretudo, com a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que unificou as ações voltadas a este meio, a partir do ano de 1995. Entretanto, em décadas passadas, a situação do esporte paralímpico no país era bastante distinta da atual. Até o início dos anos de 1970, por exemplo, os atletas brasileiros não tinham a oportunidade de participar de competições internacionais. Além disso, não havia a nível nacional, uma sistematização de medidas direcionadas ao desenvolvimento da prática esportiva para pessoas com deficiência.

Diante deste contexto, o caminho percorrido por atletas paralímpicos brasileiros que se dedicaram ao esporte durante este período, foi marcado por inúmeras dificuldades. Contudo, ainda hoje, pouco se sabe sobre a trajetória destes atletas pioneiros e de seus sucessores. Desta forma, acreditamos que suas memórias precisam ser reconstituídas e preservadas, bem como as histórias contadas, uma vez que, os depoimentos dessas pessoas, são parte da memória social do esporte paralímpico no Brasil.

Neste sentido, na presente pesquisa é abordado o percurso esportivo de mulheres pioneiras na prática do atletismo paralímpico sul-rio-grandense e nacional. As atletas deficientes visuais, Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo, vivenciaram o contexto inicial de estruturação deste campo esportivo no Rio Grande do Sul. Todavia, para além do âmbito regional, as atletas se destacaram em competições nacionais de atletismo e representaram o Brasil nos Jogos Paralímpicos de Seul, na Coreia do Sul, em 1988. Este estudo histórico é um dos eixos de um projeto de pesquisa mais amplo denominado “Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e desenvolvido em parceria com

a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)¹.

Diante disso, o objetivo do presente estudo é investigar os percursos esportivos das três atletas sul-rio-grandenses deficientes visuais, pioneiras no atletismo paralímpico. A fim de delimitar o objetivo proposto, foram elaboradas quatro questões que nortearam a pesquisa: a) Como ocorreu a inserção das atletas no atletismo paralímpico; b) Quais eram as condições de desenvolvimento do esporte paralímpico em seu contexto inicial; c) Como ocorreu a participação das atletas em competições esportivas nacionais e internacionais; d) Quais os motivos que levaram as atletas a encerrarem suas carreiras no esporte.

Na perspectiva de contribuir com a preservação da memória esportiva de atletas paralímpicos e, na mesma medida, registrar uma versão acerca do desenvolvimento do esporte paralímpico do País que sediará os Jogos Paralímpicos em 2016, se justifica a realização desta pesquisa. Para tanto, buscamos apoio teórico na Nova História Cultural, perspectiva historiográfica que parte do pressuposto que a realidade social é culturalmente construída (BURKE, 2005; CHARTIER, 2000; PESAVENTO, 2004). Desta forma, neste estudo, privilegiamos as atletas enquanto sujeitos históricos, que vivenciaram determinadas práticas e representações culturais em diferentes tempos e lugares. Para tanto, fizemos uso, especialmente, de fontes orais (ALBERTI, 2010), pretendidas a partir da realização de entrevistas com as três atletas paralímpicas sul-rio-grandenses. Essas fontes foram tratadas através da perspectiva metodológica da História Oral, que segundo Verena Alberti (1989) é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas e visões de mundo. Diante disso, os resultados da análise das informações foram condensados em dois capítulos.

Após a Introdução, segue o capítulo intitulado “Referencial teórico-metodológico”, destinado à apresentação dos conceitos teóricos que subsidiaram nossas análises ao longo do trabalho, além de descrevermos quais os procedimentos metodológicos adotados. Na sequência, apresentamos os capítulos com os resultados da análise de conteúdo das entrevistas e da revisão bibliográfica.

¹ O projeto foi aprovado também pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo número 27331.

No capítulo três, intitulado “O atletismo para deficientes visuais nos Jogos Paralímpicos”, buscamos apresentar um panorama acerca dos Jogos Paralímpicos, especialmente, até a edição de Seul, realizada em 1988, quando ocorreu a participação das três atletas sul-rio-grandenses. Esta edição também representou um marco para o contexto paralímpico mundial (MARQUES, *et al.* 2009; PARSONS, WINCKLER, 2012). Neste sentido, evidenciamos através da escrita, especialmente, a prática do atletismo entre os atletas deficientes visuais, destacando as especificidades desta prática.

O quarto capítulo intitulado “As atletas pioneiras no atletismo paralímpico” é composto por quatro subcapítulos, os quais foram divididos conforme as categorias de análise que emergiram das narrativas das três atletas sul-rio-grandenses. Desta forma, no subcapítulo 4.1 destacamos a maneira como se deu a inserção das atletas no contexto esportivo paralímpico, procurando relacionar suas lembranças com os dados obtidos através da revisão bibliográfica. Posteriormente, no subcapítulo 4.2, descrevemos quais foram às condições de desenvolvimento do esporte paralímpico a nível nacional, nos apoiando, para tanto, em documentos legais que abordam o esporte. Em seguida, no subcapítulo 4.3, evidenciamos a participação das atletas em competições esportivas nacionais e internacionais relacionando suas lembranças com o contexto de desenvolvimento do esporte paralímpico. Por último, no subcapítulo 4.4, procuramos abordar os motivos que levaram as atletas a encerrar suas trajetórias esportivas.

Nosso trabalho é encerrado com a apresentação das “Considerações Finais” e das “Referências” utilizadas para a realização da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo é apresentado o referencial teórico-metodológico que subsidiou as análises, bem como a escrita das informações que emergiram das fontes consultadas. Contudo, inicialmente, localizamos este estudo no campo da História do Esporte. Segundo Vamplew (2012, p.6) este campo pode “registrar uma recordação esportiva, mas também explicar porque algumas coisas mudaram enquanto outras continuam iguais”. Diante disso, serão evidenciadas neste estudo rupturas, mas também, continuidades do campo esportivo paralímpico, entendendo que, “de fato, o esporte do passado molda o esporte do presente” (VAMPLEW, 2012, p.6).

Neste sentido, na busca por investigar as trajetórias esportivas das três atletas sul-rio-grandenses deficientes visuais, pioneiras no atletismo paralímpico, nossa investigação apoiou-se teoricamente nas discussões da Nova História Cultural, corrente concebida por estudiosos como Chartier (2000, 2006), Burke (2005), Pesavento (2004) e Barros (2005, 2009). Os caminhos metodológicos, por sua vez, vinculam-se a História Oral (ALBERTI, 2012) e na técnica da análise de conteúdo, conforme descrita por Bardin (2000).

A Nova História Cultural, segundo Barros (2005) é um campo historiográfico que se tornou evidente a partir das últimas décadas do século XX. Entretanto, possui claros antecedentes desde o início do mesmo século. Para o historiador francês Roger Chartier (2000) a Nova História Cultural tem por objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. Neste sentido, a cultura pode ser vista enquanto um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens, sendo uma dimensão múltipla, plural e complexa, que pode gerar aproximações diferenciadas (BARROS, 2005). Corroborando com esta assertiva, destacamos que a cultura não é apenas acumulação de tradições sociais, “ela está profundamente entrelaçada com todo o sistema cognitivo de visão de mundo de cada indivíduo, e por isso, é constituída pela experiência cultural que a ele está sujeita” (SANTOS, 2005, p. 2).

Diante destes pressupostos, torna-se imperativo evidenciar as “noções”, conforme descrito por Barros (2005, p.136), empregadas pelo campo historiográfico

da Nova História Cultural. Para tanto, o autor destaca os conceitos centrais de práticas e representações que, segundo ele, fundamentam esta vertente de pensamento. No presente estudo o entendimento do conceito de representações adotado está vinculado ao pensamento de Chartier (2000), que afirma serem as representações componentes da realidade social e, portanto, toda representação se apresenta como representação de alguma coisa. Barros (2005), por sua vez, valendo-se das contribuições de Chartier (2000), destaca a complementaridade entre os conceitos de “práticas e representações”. Desta forma, afirma que as práticas geram representações e as suas representações geram práticas, não sendo possível distinguir onde estão os começos, se em determinadas práticas ou em determinadas representações.

Corroborando com as considerações Chartier (2000) e Barros (2005), Pesavento (2004) também destaca que as representações podem ser vistas como uma re-apresentação de algo que se encontra ausente no tempo e no espaço. Para a autora, o pesquisador fará uma tentativa de leitura de outro tempo, que por vezes, poderá se mostrar incompreensível devido aos filtros que o passado impõe, mas que só se torna possível de ser acessado através de registros e sinais que chegam até nós. Desta forma, destacamos que “a narrativa faz esta articulação entre passado e presente, sendo possível, portanto, através da memória, reconhecer ou confirmar a autenticidade das lembranças” (CHARTIER, 2000, p. 169).

Neste sentido, a história e a memória são compreendidas neste estudo, estando vinculadas as narrativas das atletas sul-rio-grandenses, uma vez que, nos propusemos a realizar a escrita de uma versão de suas trajetórias. Segundo Pesavento (2004), esta ação pode ser entendida como um registro de uma ausência no tempo, ou seja, uma representação de algo já vivido. Para tanto, o conceito de memória pode ser entendido conforme nos descreve Halbwachs (1990). Para o autor, existem dois tipos de memória: a individual e a coletiva. A memória coletiva, “tem suporte em um conjunto de indivíduos, [...] que se lembram, enquanto membros do grupo”. Tais lembranças comuns se apoiam uma sobre a outra e não são as mesmas que aparecerão para cada indivíduo. Cada memória individual, por sua vez, “é um ponto de vista sobre a memória coletiva” que muda conforme o lugar que o indivíduo ocupou. Desta forma, o sujeito participa de duas espécies de memórias, mas, ao participar de cada uma delas adota duas atitudes muito diferentes e mesmo

contrárias, uma vez que, de um lado está vinculado a sua vida pessoal e, de outro, é capaz de se comportar, simplesmente, enquanto membro de um grupo evocando lembranças impessoais.

Nesta perspectiva teórica, portanto, privilegiamos as atletas enquanto sujeitos históricos, que vivenciaram determinadas práticas e representações culturais em diferentes tempos e lugares. Diante disso, ao utilizarmos suas memórias como fontes de pesquisa, construímos uma versão de como os fatos ocorreram. Esta versão, portanto, está sujeita a diferentes interpretações e contextualizações, sendo estas dependentes, dentre outros fatores, da maneira como a investigação foi construída. Desta forma, no subcapítulo que segue, foram descritos os caminhos metodológicos percorridos, na busca por registrar uma versão da história destas atletas pioneiras do esporte paralímpico brasileiro.

2.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No sentido de buscar uma versão ou mesmo uma narrativa (ALBERTI, 2012) acerca dos percursos esportivos das três atletas sul-rio-grandenses, deficientes visuais, pioneiras do atletismo paralímpico, encontramos na abordagem metodológica da pesquisa qualitativa, de caráter histórico, suporte para esta investigação. A elaboração deste estudo, por sua vez, se deu a partir da busca bibliográfica e de depoimentos orais das atletas Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo.

Cabe ressaltarmos novamente, que esta investigação é um dos eixos de um projeto de pesquisa mais amplo denominado “Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e desenvolvido em parceria com a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Dentre os objetivos específicos desta investigação mais ampla está o de interpretar a trajetória esportiva de atletas paralímpicos brasileiros, durante o período de 1972-2012. Desta forma,

nosso estudo torna-se também um dos resultados deste projeto, à medida com que buscou atender a uma de suas ações específicas.

De modo a operacionalizar o objetivo proposto realizamos, inicialmente, uma busca bibliográfica com o intuito de levantarmos informações que subsidiassem, de alguma forma, nossas considerações ao longo do texto. Em razão disso, fizemos a opção por correlacionar os dados obtidos neste levantamento, diretamente às categorias de análise que emergiram dos depoimentos orais das atletas. Portanto, não há um espaço, neste trabalho, reservado à revisão bibliográfica. Ao contrário disso, procuramos dialogar com investigações já realizadas, estabelecendo relações e, na mesma medida, buscando sanar determinadas lacunas evidenciadas pela busca.

Para além dos dados obtidos por meio da revisão bibliográfica, este estudo foi construído, sobretudo, a partir de fontes orais. Segundo Alberti e Pereira (2008), as fontes orais, “tem a característica de permitir o conhecimento de realidades sociais, através da narrativa de histórias que condensam determinados significados sobre o passado”. Estas histórias estão estritamente relacionadas à memória de cada sujeito e o seu processamento articula, simultaneamente, pesquisa e documentação. Além disso, a realização de entrevistas permite, sobretudo, a produção de um documento histórico. Sua riqueza maior, segundo Thompson (1992, p. 42) encontra-se na medida em que, a “evidência oral transforma os objetos de estudo em sujeitos, o que contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”.

Diante destes pressupostos, inicialmente, realizamos um contato com as atletas Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo, com o intuito de explicar os objetivos da pesquisa. Concomitante a este processo, elaboramos um roteiro de entrevistas semiestruturado (APÊNDICE A), tendo como subsídios as informações obtidas por meio da consulta bibliográfica. Este roteiro foi elaborado com questões que permitiram as entrevistadas e ao entrevistador, dialogarem sobre questões relacionadas ao percurso esportivo de cada atleta, bem como sobre o contexto sociocultural no qual estiveram inseridas. Além disso, ao final da entrevista foi reservado um espaço para que as atletas dessem informações que julgassem ser importantes e que, por alguma razão, não foram abordadas pelo entrevistador.

As entrevistas foram realizadas em locais de livre escolha das atletas e o registro destes depoimentos foi feito através de uma mídia digital (gravador portátil). Posteriormente, cada depoimento oral, foi produzido e processado contemplando os seguintes procedimentos metodológicos, descritos por Alberti (2005): a) Transcrição da entrevista – caracterizando-se pela transcrição de forma literal do depoimento oral; b) Conferência de fidelidade – ouviu-se, novamente, a gravação, a fim de verificar se o que havia sido escrito correspondia com o áudio gravado; c) Copidesque – que visou adequar o documento escrito à leitura, através de uma linguagem mais formal, mas sempre mantendo o sentido do conteúdo expresso pelas entrevistadas; d) Leitura final.

Após o processamento das entrevistas, estas foram devolvidas em linguagem escrita para a conferência das entrevistadas. Neste momento, as atletas poderiam concordar ou não com a sua utilização no presente estudo. Após este procedimento, foi assinado um Termo de Consentimento Livre e esclarecido (APÊNDICE B) concedendo os direitos de divulgação do depoimento de caráter histórico e documental ao Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME). Desta forma, as entrevistas transcritas compõem o acervo documental do NEHME.

Com relação à publicação das identidades das atletas entrevistadas, estas estão explícitas e todas concordaram com a sua divulgação. Acreditamos também, que esta seja uma forma de reconhecimento pelas informações fornecidas e, sobretudo, por terem nos auxiliado no registro de uma versão acerca do cenário esportivo paralímpico brasileiro da época. Ademais, foram as falas e as histórias dessas atletas que tornaram possível a realização desta investigação, à medida com que rememoraram fatos e percepções particulares acerca da realidade vivenciada.

Para fins de análise, os depoimentos orais foram submetidos à técnica da análise de conteúdo, conforme descrita por Bardin (2000), a qual visa selecionar características e informações comuns nos depoimentos constituindo, desta forma, uma análise temática. Para tanto, inicialmente, realizamos uma leitura dos depoimentos separando-os em unidades de significado. Após, classificamos cada categoria, agrupando seus respectivos dados conforme as questões que norteiam a presente investigação. Torna-se necessário ressaltarmos que a presença de

afirmações contrárias não invalidou os depoimentos orais e que as informações utilizadas neste estudo foram àquelas proferidas de forma sistemática pelas entrevistadas. Para além destas questões, os depoimentos orais também foram confrontados com as demais informações obtidas através da revisão bibliográfica.

Diante disso, esta investigação busca investigar os percursos esportivos das três atletas sul-rio-grandenses, deficientes visuais, pioneiras no atletismo paralímpico, a partir de informações obtidas por meio da revisão bibliográfica e de fontes orais. Os capítulos de resultados, por sua vez, foram reunidos por categorias de análise que emergiram por meio dos depoimentos e refletiram de certa forma, a versão das atletas acerca dos fatos e do contexto esportivo vivenciado.

3. O ATLETISMO PARA DEFICIENTES VISUAIS NOS JOGOS PARALÍMPICOS

As primeiras evidências do desenvolvimento de práticas esportivas para pessoas com deficiência são datadas após o término da II Guerra Mundial (1939-1945). Neste contexto, foi registrado um considerável número de combatentes que sofreram lesões medulares e que ficaram paraplégicos ou tetraplégicos. Em decorrência disso, o neurocirurgião alemão Ludwig Guttmann iniciou um trabalho de reabilitação médica e social destas pessoas, adotando como instrumento a prática esportiva (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2015).

Este trabalho de reabilitação de veteranos de guerra iniciou no Centro Nacional de Lesionados Medulares de Stoke Mandeville, na Inglaterra. Entretanto, os métodos utilizados por Guttmann expandiram-se pelo mundo. Foi neste cenário estruturado para desenvolver atividades de reintegração dos ex-combatentes à sociedade, que ocorreu a primeira competição para atletas com deficiência, no ano de 1948. Quatro anos depois, em 1952, um grupo de veteranos de guerra da Holanda também participou dos então chamados, primeiros Jogos Internacionais de Stoke Mandeville (COSTA, SOUSA, 2004). Estas ações, portanto, demarcaram o início do hoje denominado Movimento Paralímpico.

A prática esportiva adaptada entre as pessoas com deficiência foi sendo ampliada desde a sua estruturação inicial e, com o passar do tempo, foi adquirindo novos contornos. Este movimento refletiu na organização da primeira edição dos Jogos Paralímpicos, realizados em Roma, no ano de 1960. Na ocasião, foram selecionadas determinadas práticas esportivas adaptadas para fazerem parte do programa oficial do evento, tornando-se assim, esportes paralímpicos. Cabe aqui uma explanação acerca da diferenciação entre a prática esportiva adaptada e o esporte paralímpico. Este último é entendido enquanto uma prática adaptada para pessoas com deficiência, que faz parte do programa dos Jogos Paralímpicos (PARSON; WINCKLER, 2012). O esporte adaptado, entretanto, é qualquer prática esportiva que tem suas regras, materiais e locais de realização modificados para atender pessoas que possuem algum tipo de deficiência (ARAÚJO, 1997). Ressaltamos, portanto, que atualmente nem todo esporte adaptado é paralímpico como, por exemplo, o handebol em cadeira de rodas (CARMONA, 2015a).

De igual forma, acreditamos ser relevante ressaltarmos que, em Roma, durante a primeira edição, os jogos foram denominados de “paraolímpicos”, em razão do significado deste termo, que era formado pela junção do prefixo de origem grega *para* (de paraplegia) com o adjetivo olímpico. Posteriormente, o movimento passou a abarcar pessoas com diferentes tipos de deficiência² e, em razão disso, o *International Paralympic Committee* (IPC) solicitou a alteração de “paraolímpico” para “paralímpico”, no ano de 2011³. Segundo o IPC, esta nova denominação empregou o sentido da preposição *para* (ao lado), significando que os Jogos Paralímpicos se realizam paralelamente aos Olímpicos (PARSONS; WINCKLER, 2012).

Apesar de ser significativamente recente esta medida, podemos evidenciar que já na primeira edição dos Jogos Paralímpicos realizados em Roma (1960), havia um movimento em prol da união, de certa forma, do movimento olímpico com o paralímpico, no que diz respeito aos locais de realização. Assim, os Jogos Paralímpicos desta edição ocorreram nas mesmas instalações dos Jogos Olímpicos, só que imediatamente após a eles. Para Araújo (1997), esta medida foi um avanço para a organização do movimento esportivo para pessoas com deficiência.

Nesta primeira edição dos Jogos, participaram cerca de 400 atletas de 23 países, dos quais 230 eram competidores. As provas disputadas foram tiro com arco, atletismo, tiro de dardo (espécie de tiro com arco, mas praticado com dardos), sinuca, natação, tênis de mesa, esgrima em cadeira de rodas e basquete em cadeira de rodas. O Brasil, entretanto, não participou dos Jogos de Roma, em 1960 (ROMA 1960...Brasil2016, 2015).

A primeira participação de atletas brasileiros só foi registrada nos Jogos Paralímpicos da Alemanha, realizados na cidade de Heidelberg, no ano de 1972 (ARAÚJO, 1997). Nesta edição, dez atletas compuseram a delegação do Brasil e, apesar de retornarem sem medalhas ao País, representaram um marco para o

² Faz-se a ressalva que os deficientes auditivos e surdos, por questões ideológicas, políticas e culturais tem suas próprias competições e não participam dos Jogos Paralímpicos.

³ No ano de 2011, a presidência do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) oficializou alteração do termo “paraolímpico” para “paralímpico”, a pedido do *International Paralympic Committee* (IPC). O objetivo desta mudança foi o de alcançar a universalização do termo e suas derivações. Posteriormente aos Jogos Paralímpicos de 2012, a presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, decidiu vetar o uso do termo “paralímpico” em documentos oficiais, mantendo a possibilidade de uso do termo “paraolímpico”. Para este estudo optamos por estar em consonância com o movimento internacional e por isso fizemos uso do termo “paralímpico”.

campo do esporte paralímpico brasileiro, que se inseriu no cenário internacional (MAZO; CARMONA; HATJE, 2015). Cabe ressaltarmos que, entre as décadas de 1960 e 1970, os atletas brasileiros não tiveram a oportunidade de participar dos Jogos em detrimento de diversos fatores, tais como a falta de uma sistematização do esporte paralímpico no País, a falta de incentivos financeiros, além da quase inexistente preparação das equipes (HEIDELBERG, 1972...Brasil2016, 2015).

No que diz respeito à organização e ampliação da participação de pessoas com deficiência nos Jogos Paralímpicos, a edição realizada em Toronto no Canadá, no ano de 1976, representou um marco, especialmente para pessoas com deficiência visual e amputadas. Na ocasião, foi permitido, pela primeira vez, que estes atletas participassem do evento podendo disputar diferentes modalidades esportivas. Ressaltamos que até então, apenas pessoas com lesões medulares tinham permissão para participar dos Jogos (MARQUES *et al.*, 2009). No total estiveram presentes 261 atletas amputados e 187 atletas com comprometimento visual (TORONTO, 1976...Brasil2016, 2015).

A modalidade de atletismo, foco principal deste estudo, está presente oficialmente no programa dos Jogos Paralímpicos desde a sua primeira edição, no ano de 1960. Entretanto, a primeira medalha brasileira nesta modalidade foi conquistada apenas nos Jogos Paralímpicos de Nova York, no ano de 1984. Na ocasião a atleta sul-rio-grandense Anelise Hermany conquistou medalha de prata nas provas de 100 metros rasos e no salto em distância. Em razão deste feito, tornou-se a primeira atleta brasileira, deficiente visual, a conquistar medalha no atletismo em Jogos Paralímpicos.

A atleta Anelise Hermany participou também da edição seguinte dos Jogos Paralímpicos, realizados em Seul, Coréia do Sul, no ano de 1988. Juntamente a ela, viajaram outras duas atletas sul-rio-grandenses, também deficientes visuais - Leila Marques e Vera Bergamo - além da atleta Ádria Rocha Santos, natural do estado de Minas Gerais. Esta edição dos Jogos também trouxe inúmeros avanços e, segundo Parsons e Winckler (2012), o evento marcou o início da era moderna dos Jogos Paralímpicos. Esta assertiva está vinculada, dentre outros motivos, ao fato de a cidade ter sido preparada para os Jogos Olímpicos e, especialmente, Paralímpicos, já que foram observadas melhorias para atender às pessoas com deficiência. Além

disso, Marques *et al.* (2009), evidenciaram o fato dos dois eventos esportivos passarem a ocorrer nas mesmas instalações, de forma definitiva.

Para além destas questões, foi também na edição dos Jogos Paralímpicos de Seul que o sistema de classificação funcional foi aceito. Este, por sua vez, passou por adequações desde sua utilização inicial. Desta forma, atualmente, os princípios da classificação funcional são adaptados conforme a especificidade do esporte e as habilidades funcionais de seus praticantes. Além disso, ele é tido como um dos itens mais importantes na prática esportiva paralímpica, já que é responsável pela igualdade e a inclusão de diferentes níveis de deficiência dentro de competições esportivas. A equipe de classificação, por sua vez, é composta por três profissionais da área da saúde, sendo eles médico, fisioterapeuta e professor de educação física, os quais são devidamente treinados e credenciados pelas entidades regentes das modalidades esportivas (CARDOSO, GAYA, 2014).

A classificação para atletas deficientes visuais é determinada pela *International Blind Sports Association* (IBSA) e se diferencia das demais por utilizar a classificação clínica. Desta forma, ela é realizada de acordo com os parâmetros funcionais da acuidade visual⁴ e do campo visual⁵. Diante disso, os atletas são classificados em B1, que equivale à cegueira total, com impedimento do reconhecimento de objetos ou contornos; B2, quando há uma limitação no campo visual em 5 graus ou acuidade de 2/60; B3, quando há limitação no campo visual entre 5 graus e 60 graus ou acuidade visual entre 2/60 a 6/60 (CARDOSO, GAYA, 2014; VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006).

Nas provas de atletismo regidas pelo IPC, os atletas deficientes visuais são classificados de acordo com a expressão "*Track and Field*", utilizada no inglês, que subdivide os atletas entre os que participam de provas de pista (*track*) e de campo (*field*). Desta forma, os atletas das classes B1, B2, B3 recebem nas provas de pista, a classificação funcional de T10, T11, T12 e, nas provas de campo, F10, F11, F12. Os atletas das classes B1 e B2, por sua vez, recebem o auxílio de um guia que pode estar ligado ao atleta por uma corda, ou apenas correr ao seu lado passando

⁴ Acuidade visual é o que enxergamos a determinada distância.

⁵ Campo visual é a amplitude da área alcançada pela visão, sendo 180 graus considerado o campo visual normal.

instruções. Nas provas de saltos e lançamentos é permitida a utilização de sinais acústicos e orientações verbais do guia (VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006).

As provas de pista são compostas pelas modalidades de 100, 200, 400, 800, 1.500 e 5.000 metros rasos, além da prova de revezamento 4x100 metros e a maratona que é disputada em circuito de rua. Das provas de campo, por sua vez, fazem parte as modalidades de lançamento de disco, lançamento de dardo, arremesso de peso, arremesso de bastão, salto em altura, salto em distância e salto triplo. Apesar de a classificação funcional ser feita de maneira igualitária para ambos os sexos, os pesos dos implementos utilizados no arremesso de peso e nos lançamentos de dardo e disco variam de acordo com a classe de cada atleta (ATLETISMO...BRASIL2016, 2015). Ademais participam das competições de atletismo pessoas com deficiência visual, deficiência intelectual, paralisia cerebral, anões, amputados e *les autres*⁶, e competem em cadeira de rodas pessoas com sequelas de poliomielite, lesões medulares e amputações (ATLETISMO...Rio2016, 2015).

No tempo presente, tornou-se visível a organização e o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil (CARMONA, PEREIRA, MAZO, 2015). A modalidade de atletismo, especialmente, vem conquistando cada vez mais marcas positivas e elevando ainda mais o Brasil enquanto potência paralímpica mundial. Estas conquistas, por sua vez, talvez reflitam uma melhoria na gestão do esporte paralímpico no país. Com relação a isso, destacamos a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) no ano de 1995 que, a partir de sua estruturação, vem desenvolvendo significativas políticas em prol do esporte paralímpico.

Aliada as ações desenvolvidas pelo CPB destaca-se a cobertura midiática que à medida com que medalhas foram sendo conquistadas e recordes superados, passaram a noticiar as conquistas dos “heróis (para)olímpicos brasileiros” (CARMONA, PEREIRA, MAZO, 2015, p. 40). Estas medidas deram de certa forma, visibilidade aos atletas, assim como às modalidades que eles disputam. Além disso, conforme evidencia Ravache (2006), o avanço da tecnologia, a dedicação dos atletas ao esporte, o envolvimento de profissionais cada vez mais habilitados e o uso

⁶ Significa “os outros” e inclui todos os atletas que não se enquadram nos grupos anteriormente citados.

de implementos adequados, são fatores que tem tornado realidade feitos esportivos até então inimagináveis para pessoas fisicamente deficientes. Entretanto, esta situação não figurava nos primeiros anos de desenvolvimento do esporte paralímpico. Além disso, pouco se sabe sobre o percurso de atletas e das condições de desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência durante seu período inicial.

Diante destes pressupostos, no capítulo que segue procuramos registrar as memórias e histórias das três atletas sul-rio-grandenses, pioneiras no atletismo paralímpico. Estas atletas vivenciaram o esporte enquanto este estava sendo estruturado e, por isso, relatam um contexto significativamente distinto ao do tempo presente. Suas lembranças nos auxiliaram a traçar o cenário histórico-cultural do esporte paralímpico durante aquele período, uma vez que, suas narrativas nos levaram a construir uma versão histórica daquele tempo. Desta forma, seus relatos aliados à pesquisa bibliográfica também nos permitem resguardar, de alguma forma, a memória social do esporte paralímpico no Brasil.

4. AS ATLETAS PIONEIRAS NO ATLETISMO PARALÍMPICO

As atletas sul-rio-grandenses, deficientes visuais, Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo tornaram-se pioneiras na prática do atletismo paralímpico em nível regional e nacional, à medida com que se inseriram no esporte durante seu contexto inicial de estruturação. Assim, apesar de terem se inserido no meio esportivo de formas distintas, foram unidas em certo momento de suas trajetórias, pelo desejo de representar o Estado e o País em uma competição de nível mundial: Jogos Paralímpicos de Seul (1988). As condições estruturais do esporte, vivenciadas pelas atletas entre as décadas de 1970 e 1980, nos foram narradas e, a partir de suas lembranças, tornou-se possível construirmos uma versão de suas histórias no atletismo paralímpico.

Diante disso, os subcapítulos que seguem foram divididos conforme as categorias de análise que emergiram das narrativas das atletas sul-rio-grandenses. Desta forma, iniciamos destacando a maneira como se deu a inserção das atletas no contexto esportivo paralímpico, procurando relacionar suas lembranças com dados obtidos através da revisão bibliográfica. Em seguida, descrevemos quais foram às condições de desenvolvimento do esporte paralímpico a nível nacional nos apoiando, especialmente, na legislação. Posteriormente, destacamos a participação das atletas em competições esportivas nacionais e internacionais, relacionando suas narrativas ao contexto de desenvolvimento do esporte paralímpico daquele período. Por fim, procuramos abordar os motivos que levaram as atletas a encerrar suas carreiras no esporte paralímpico.

4.1. A INSERÇÃO NA PRÁTICA ESPORTIVA

Neste subcapítulo são abordadas questões relacionadas à maneira como as atletas Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo conheceram o contexto do esporte paralímpico e iniciaram a prática do atletismo. Como eixo norteador, utilizamos as narrativas das atletas, sendo estas confrontadas ao longo da escrita, com informações obtidas por meio da revisão bibliográfica. Nesta direção, julgamos

ser pertinente destacar, inicialmente, a partir de quê estruturas o esporte passou a figurar como conteúdo na formação de indivíduos com deficiência visual.

Para tanto, torna-se imperativo mencionarmos que no Brasil, o atendimento educacional direcionado a esta população tem como marco inicial a fundação do Imperial Instituto de Meninos Cegos⁷, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro II, no ano de 1854. Esta iniciativa, entretanto, partiu de José Álvares de Azevedo, que permaneceu por um período em Paris estudando no Instituto Real dos Jovens Cegos, criado em 1784. Esta instituição, por sua vez, foi criada por Valentin Haüy, sendo a primeira entidade a direcionar suas atividades à formação integral de deficientes visuais (LIRA; SCHLINDWEIN, 2008).

Para os autores Morato, Gomes, Scaglia e Almeida (2011), os Institutos⁸ foram contextos que exerceram grande influência na formação das pessoas com deficiência visual, especialmente, para a conscientização de seus direitos. Ademais, foi dentro destes espaços que ocorreram as primeiras manifestações da inserção do conteúdo esportivo dentre as atividades relacionadas como essenciais à formação das pessoas com deficiência visual (CARMONA, 2015b). Assim, durante as aulas de Educação Física foram desenvolvidas inúmeras habilidades e práticas corporais.

Na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, destacamos a criação do Instituto Santa Luzia⁹, idealizado por Dona Lydia Moschetti, no ano de 1941. Conforme destacado no Histórico da entidade, o Instituto foi concebido tendo por objetivo “recolher os cegos para dar-lhes uma oportunidade, favorecendo-lhes os meios até então inexistentes no Rio Grande do Sul”. As atividades da entidade iniciaram sob os cuidados e coordenação de quatro Irmãs as quais, já nos primeiros dias, se dedicaram a dar uma formação intelectual, moral, profissional e religiosa aos cinquenta primeiros alunos matriculados (HISTÓRIA, 2015).

⁷ Em 1891, com a queda da Monarquia e a Proclamação da República, o Imperial Instituto de Meninos Cegos passou a receber a denominação de Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao republicado Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que dirigiu o educandário de 1869 até 1889 (LIRA; SCHLINDWEIN, 2008).

⁸ Os institutos ainda estão em funcionamento, porém muitos tiveram que ser reestruturados para atender as novas demandas da sociedade brasileira a partir das últimas décadas do século XX (CARMONA, 2015b, p. 4).

⁹ Em 1942, Lydia promoveu a vinculação do Instituto à congregação católica Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, hoje conhecida como rede Vicentina de Ensino. Na época a Companhia também administrava o Instituto Padre Chico em São Paulo (CARMONA, 2015b, p. 4).

Com o passar dos anos, o local onde ocorriam as atividades da Instituição não foi mais suficiente para atender a demanda de alunos que crescia a cada ano letivo. Diante disso, a sede dos primeiros anos de funcionamento, localizada na Avenida Independência, em Porto Alegre foi substituída, em definitivo, por um edifício construído em um terreno doado pela Prefeitura Municipal, situado na Avenida Cavallhada, no ano de 1959. A partir de então, o Instituto Santa Luzia tornou-se referência na educação de pessoas com deficiência visual no Rio Grande do Sul atendendo, especialmente, aquelas advindas do interior do Estado.

Neste sentido, assim como tantas outras pessoas que deixaram suas cidades em busca de uma formação no Instituto, a atleta Anelise Hermany, juntamente com seus dois irmãos, também deficientes visuais, deixou a cidade de Ijuí, a 400 km de Porto Alegre, no ano de 1971. Sendo a mais nova de seis irmãos, a atleta Anelise relatou que voltava à cidade natal, dois finais de semana ao mês. No restante dos dias permanecia nas dependências do Instituto por tempo integral.

Era difícil, mas foi uma época muito boa. Só tenho a agradecer ao colégio, pois lá desenvolvemos tudo o que sabemos hoje em dia. Eles nos deram estudo, nos deram a chance de poder aprender a fazer as coisas de maneira independente, a arrumar a cama, fazer comida. Foi sofrido, mas, valeu à pena (HERMANY, 2015, p. 4).

O regime de internato, adotado por Institutos como o Santa Luzia, eram os locais onde crianças e adolescentes deficientes visuais moravam. Assim, durante o período em que permaneciam nestas entidades “conheciam o sistema *Braille*¹⁰, eram alfabetizados e educados, aprendiam ofícios, realizavam cursos de orientação e mobilidade além de praticarem esportes”. Estas atividades ocorriam também como uma forma de ocupá-los, visto que a Instituição era também, de certa forma, suas residências (MAZO; CARMONA; HATJE, 2015, p. 420).

Assim como Anelise Hermany, a atleta Vera Luiza Bergamo também precisou mudar-se de sua cidade de origem, Machadinho/RS, para buscar uma formação pessoal e um atendimento especializado. Assim, com quatorze anos de idade começou a frequentar as aulas no Instituto Santa Luzia, na capital Porto Alegre, permanecendo na entidade também como aluna interna. Cabe destacarmos que,

¹⁰ Sistema de escrita e leitura que se baseia em símbolos em alto relevo, resultantes da combinação de até seis pontos, dispostos em duas colunas de três pontos cada.

durante aquele contexto não havia no interior do Estado, um lugar com uma estrutura como a do Instituto, com o objetivo de oferecer oportunidades de estudo e aprendizado de novas práticas a pessoas com deficiência visual (CARMONA, 2015b).

O regime de internato foi uma opção oferecida aos alunos deficientes visuais desde os primeiros anos de funcionamento do Instituto Santa Luzia. Ademais, eles poderiam optar por permanecer também na condição de semi-internato e externato. Os alunos videntes, por sua vez, também frequentavam a Instituição, entretanto, estavam condicionados a alunos externos, ou seja, poderiam permanecer na entidade apenas durante as aulas/atividades.

Esta condição foi reconfigurada a partir de reflexões advindas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –Lei n.º 9.394, de dezembro de 1996 – quando a Direção, juntamente com a equipe técnico-pedagógica e professores, optaram por reformular a estruturação dos regimes de estadia no Instituto, no ano de 1998 (HISTÓRIA, 2015). A referida Lei, em seu capítulo V, direcionada à Educação Especial, destaca no Artigo 58:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996).

Diante destas prerrogativas, os profissionais vinculados ao Instituto Santa Luzia avaliaram que o regime de internato, até então vigente a todos os alunos deficientes visuais, pouco vinha contribuindo para a formação de suas personalidades. Esta condição, de certa forma, privava os alunos do convívio social e, principalmente, do vínculo familiar, tido como de fundamental importância. Autores como Silva, Duarte e Almeida (2011), corroboram com esta afirmação quando destacam em seu estudo que o convívio com os familiares pode ser decisivo e primordial para a aprendizagem da pessoa com deficiência visual. De outro modo, reconhecem que o tempo disponível e, muitas vezes, o preparo das famílias é muito

pequeno e, assim o espaço doméstico torna-se insuficiente para a formação integral das pessoas com deficiência visual.

Neste sentido, a partir das orientações advindas com a nova Legislação foi definido pelos profissionais vinculados ao Instituto Santa Luzia, que os alunos com necessidades de atendimento individual, tal como explicitado no parágrafo primeiro da Lei 9.394/1996, deveriam ser encaminhados às clínicas especializadas. Outros, por sua vez, foram direcionados a escolas regulares que, também influenciadas pela normativa, se adaptaram para atender esta população (HISTÓRIA, 2015).

A partir de então, os alunos que residiam próximos ao Instituto Santa Luzia, videntes ou deficientes visuais, poderiam frequentar as atividades desenvolvidas estando na condição de semi-internato ou externato. O regime de internato, por sua vez, passou a vigorar apenas aos alunos em idade escolar, de oito a dezoito anos, residentes no interior do estado do Rio Grande do Sul, onde não houvesse uma escola ou sala de recursos direcionados a pessoas deficientes visuais, em uma localidade próxima. Desde então, a entidade mantém o oferecimento do ensino de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, procurando integrar seus alunos nas diferentes atividades e disciplinas desenvolvidas na Instituição.

O significativo valor desta integração entre os alunos videntes e deficientes visuais, seja em contextos educacionais, como é o caso do Instituto Santa Luzia, ou em outros meios, é evidenciado pelas autoras Lira e Schlindwein (2008, p. 181), quando destacam que é através do convívio social com as pessoas videntes, que os deficientes visuais superam o “impedimento orgânico e seguem o curso de seu desenvolvimento cultural”. Ademais, afirmam que estas relações permitem que se compreenda a cegueira sob um ponto de vista otimista, uma vez que os sujeitos estão imersos na cultura e participam das práticas sociais vinculadas a ela.

Esta relação entre os alunos é enfatizada também no estudo de revisão bibliográfica realizado por Eiras, Amorim, Carmo e Russo (2012, p. 99) sobre a percepção da imagem corporal de deficientes visuais. Segundo os autores, uma “percepção adequada da imagem corporal é fundamental para que o indivíduo deficiente visual consiga se desenvolver de forma integral e viver com mais autonomia na sociedade”. Destacam ainda que esta imagem é construída através do

relato de outras pessoas e pelo toque do próprio corpo, podendo ainda ser favorecida pela prática regular de atividade física.

Diante disso, tendo como eixo norteador de sua proposta pedagógica integrar seus alunos em todas as atividades desenvolvidas, o Instituto Santa Luzia tornou-se pioneiro no oferecimento de práticas corporais e esportivas a deficientes visuais, no Estado do Rio Grande do Sul (CARMONA, 2015a). Estes conteúdos, por sua vez, passaram a ser parte das aulas de Educação Física. Para os autores Silva, Duarte e Almeida (2011, p. 38), “as práticas sistematizadas apresentadas na escola, desenvolvidas durante as aulas de Educação Física, permitem um reconhecimento do próprio corpo por parte do aluno, assim como um amplo convívio social. Desta forma, este espaço torna-se um importante veículo para o desenvolvimento motor e social da pessoa com deficiência visual”.

Em depoimento, as atletas Anelise Hermany e Vera Bergamo destacaram que foi através das aulas de Educação Física, no Instituto Santa Luzia, que tiveram a oportunidade de conhecer e se envolver com o esporte, mais especificamente, com a prática do atletismo. Para Mazo, Carmona e Hatje (2015), o atletismo inseriu-se como prática esportiva dentro destes Institutos, pois não eram necessárias grandes adaptações na estrutura ou investimento em equipamentos para que sua prática pudesse ser desenvolvida.

Esta modalidade, segundo relato das atletas, foi introduzida no Instituto Santa Luzia por iniciativa do professor Rubens Lima de Souza, também conhecido como “Bruxo”, em meados da década de 1970. Posteriormente, o professor Adolfo Camerini Teixeira de Oliveira, conhecido por “Dodô” e a professora Mirta Rodrigues Pereira também dedicaram especial atenção a esta prática esportiva. Segundo Carmona (2015a, p. 30), o trabalho e a dedicação destes professores “repercutiu de forma positiva e, em 1979, o Instituto Santa Luzia foi convidado a fazer uma demonstração e participar de Jogos na Argentina”.

Este convite foi rememorado pela atleta Vera Bergamo durante seu depoimento. Na ocasião, relatou que seu envolvimento com o esporte foi intensificado a partir do momento em que foi uma das selecionadas pela professora Mirta, para viajar à Argentina. Foi em razão disso que focou sua preparação nas modalidades de 100 metros rasos e salto em altura. Apesar de toda organização do

Instituto e a intensa preparação dos alunos, o evento esportivo foi cancelado. Tais condições, entretanto, favoreceram a participação de representantes do Instituto Santa Luzia nas 1^{as} Olimpíadas¹¹ ou “Olimpíadas de Deficientes Visuais”, que ocorreram no Estado de São Paulo, no mês de outubro, de 1979 (CARMONA, 2015b).

O Instituto Santa Luzia conquistou “o título de campeão em atletismo e vice-campeão no futebol de salão, ganhando ao todo 56 medalhas” (CARMONA, 2015b, p.10). As provas de atletismo, por sua vez, foram lembradas pela atleta Vera Bergamo:

Foi muito bom. Era tudo novo para mim. Eu ficava com a adrenalina lá em cima [risos], o que era bom. Além disso, foi bem diferente, porque ainda não existia muita tecnologia, ninguém tinha um conhecimento para nós fazermos os treinamentos, para competir. Nos 50 e 100 metros, por exemplo, nós não tínhamos guias, como se usa atualmente. Era uma corda que eles colocavam na pista. Eles fixavam umas estacas, umas madeiras, no início e no final dos 100 metros e nós pegávamos outra cordinha na mão, que deslizava sobre aquela corda que estava estendida ali na pista. Assim, nós íamos correndo, nos guiando por aquela cordinha. [...] Assim, tu fazíamos os 200, os 400. Os 1500 metros levava muito tempo para ser realizado (BERGAMO, 2015, p. 3).

Para a atleta Vera Bergamo, esta competição foi bastante significativa, principalmente, por ter sido a primeira de que participou (BERGAMO, 2015). A atleta Anelise, por sua vez, nos relatou em seu depoimento que, mesmo tendo obtido bons resultados e tendo conquistado medalhas na competição em São Paulo, ela ainda não havia interesse em se dedicar ao esporte e, especificamente, ao atletismo: “Eu era adolescente. A gente ficava no “vai, não vai”” (HERMANY, 2015, p. 1).

Estes eventos esportivos reuniam alunos, professores e demais profissionais envolvidos com o esporte paralímpico e adaptado do País. Para Morato, Gomes, Scaglia e Almeida (2011, p. 56), a interação destes personagens (professores/técnicos e alunos) em um mesmo contexto, seja no Instituto de educação ou em outra entidade esportiva, propiciava a formação de equipes representativas que poderiam interferir, significativamente, na inserção de futuros atletas em equipes nacionais paralímpicas. Além disso, os autores enfatizam a

¹¹ O evento foi denominado “Olimpíadas” por ter sido promovido pelo Instituto Brasileiro de Integração Social – IBIS (CARMONA, 2015a).

importância destes eventos esportivos como “contextos férteis” para troca de experiências, reencontrar os amigos, viagens e conhecimento de outras realidades.

Apesar de possuir um valor significativo no tempo presente, durante o início da década de 1980, poucas eram as associações e/ou Instituições que se dedicavam a organizar encontros ou competições esportivas com o intuito de desenvolver o esporte adaptado e paralímpico no Brasil. Esta realidade talvez possa ser justificada, pela falta de recursos e incentivos a este contexto esportivo. Além disso, os Institutos que atendiam crianças e jovens deficientes visuais eram, em sua maioria, entidades filantrópicas e se mantinham através do auxílio e caridade de doadores. Ainda neste sentido, a atleta Vera Bergamo relatou que a equipe do Instituto Santa Luzia permaneceu dois anos sem competir por falta de condições financeiras e por não haver outras instituições que “abraçassem a causa” (BERGAMO, 2015, p. 7).

A partir do depoimento das atletas tornaram-se notórias algumas questões que influenciavam, negativamente, o desenvolvimento do esporte paralímpico, durante seu contexto inicial de conformação, seja dentro de instituições educativas ou fora delas. Um exemplo disso foi a falta de incentivo financeiro, a qual foi explicitada nos relatos das atletas. De fato, no contexto de desenvolvimento inicial do esporte para pessoas com deficiência, eram escassos, se não quase inexistentes, auxílios ou iniciativas desta natureza. Do mesmo modo, eram raras as Instituições, Associações e/ou Centros que se voltavam, unicamente, ao desenvolvimento do esporte para esta parcela da população. Esta realidade, talvez justifique o número reduzido de eventos e competições direcionados às pessoas com deficiência, o que refletiu também no baixo índice de adeptos ao esporte paralímpico.

Esta conjuntura, entretanto, começou a ser modificada no cenário porto-alegrense, a partir da iniciativa de um grupo de pessoas provindo do Instituto Santa Luzia, que após ter concluído seus estudos nesta entidade decidiu criar uma associação que, de alguma forma, os representasse. Diante disso, a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS) foi criada em Porto Alegre, no dia 20 de outubro de 1967. Inicialmente, a entidade não se dedicava a difundir, entre seus associados, a prática esportiva. De outra maneira, suas ações eram direcionadas,

especialmente, à assistência social de seus frequentadores. Foi em razão deste contexto, que a Sociedade Esportiva Luiz Braille (SELB) estruturou-se na capital do Estado. Ao contrário da ACERGS, a SELB foi criada tendo como principal objetivo o desenvolvimento esportivo para as pessoas deficientes visuais, a partir do ano de 1973 (NOSSA HISTÓRIA, 2015).

Os idealizadores da SELB foram os senhores Antônio Quaresma da Silva e Venceslau Antônio Padilha, ambos associados também à ACERGS. Neste sentido, tornaram-se notáveis, a partir das ações realizadas, os anseios por difundir a prática esportiva entre a população deficiente visual de Porto Alegre e de maneira mais abrangente, do Rio Grande do Sul. Assim, posteriormente a estruturação da entidade, os esforços foram concentrados na busca por pessoas que se interessassem pela prática de esportes, especialmente do atletismo, e que tivessem disponibilidade para realizar treinamentos.

Foi em decorrência deste movimento que a atleta Leila Marques conheceu o atletismo paralímpico e passou a frequentar os treinamentos do grupo que estava sendo estruturado, para representar a SELB em competições. Em seu depoimento nos relatou que estava em busca de emprego no Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Porto Alegre, quando conheceu o senhor Venceslau Antônio Padilha. Assim, sendo um grande incentivador do esporte paralímpico, o Senhor Padilha a convidou para integrar a equipe que estava sendo formada.

Diante deste contexto, sem nunca ter pisado em uma pista de atletismo, Leila foi apresentada ao universo do esporte, no ano de 1983. Seus treinamentos iniciaram no mesmo instante em que, pela primeira vez, pisou na pista de atletismo do parque Ramiro Souto, em Porto Alegre. A partir de então, envolveu-se com a prática esportiva sendo orientada, inicialmente, pelos professores Airton Jardim e Elizabeth Pedrosa Ribeiro e, posteriormente, pela professora Lia Hoffmann e pelo professor Joca¹².

Neste sentido, diferentemente das atletas Anelise Hermany e Vera Bergamo, Leila inseriu-se no contexto esportivo já tendo como objetivo de seus treinamentos o esporte de rendimento. Com relação a esta questão, o estudo de Pereira, Osborne,

¹² Não foi possível localizarmos o nome do referido professor.

Pereira e Cabral (2013), afirma que o esporte de alto rendimento contribui para que o atleta deficiente visual esteja incluído socialmente, além de ser um importante instrumento na formação destes indivíduos, uma vez que, relaciona-se, dentre outros benefícios, à melhoria da autoestima e da motivação.

Neste sentido, ao inserir-se na prática esportiva, seja ela de alto rendimento ou não, desenvolvida em Institutos educacionais ou em locais diretamente voltados ao esporte de rendimento, o indivíduo deficiente tem a oportunidade de desenvolver suas potencialidades. Além disso, atletas como Anelise, Leila e Vera são modelos, de certa forma, de superação para outros indivíduos com deficiência. Assim, (in)diretamente geram estímulos na busca por soluções para ultrapassar suas próprias limitações contribuindo, em certa medida, para uma maior conscientização e integração da sociedade (PEREIRA; OSBORNE; PEREIRA; CABRAL, 2013).

A trajetória das atletas paralímpicas sul-rio-grandenses, entretanto, foi marcada por inúmeras dificuldades ao longo de seus percursos. Apesar de ingressarem no esporte paralímpico de maneiras distintas, muitas foram as características que as aproximaram, dentre elas o desejo de poder, um dia, participar do maior evento esportivo mundial. O caminho de preparação, entretanto, exigiu das atletas e dos professores e profissionais envolvidos perseverança. Foi preciso adaptar estratégias de treino, adequar uniformes e buscar, principalmente, de locais para realizar os treinamentos. No subcapítulo que segue, são abordadas questões relacionadas às condições de treinamento e aos incentivos, ou a falta deles, durante o período que antecedeu a ida das atletas aos Jogos Paralímpicos de Seul, no ano de 1988.

4.2. AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE PARALÍMPICO

No presente subcapítulo é delineado, a partir da consulta a legislação, o processo de institucionalização de estruturas governamentais, responsáveis por orientar as ações, especialmente as esportivas, destinadas às pessoas com deficiência. A partir disso, procuramos relacionar a influência que este processo representou para o desenvolvimento do esporte paralímpico, especialmente no

cenário sul-rio-grandense. Para tanto, adotamos as narrativas de atletas que vivenciaram este contexto inicial do esporte, mais especificamente do atletismo, procurando confrontar suas versões com as informações obtidas por meio da revisão bibliográfica.

Neste sentido, elegemos como ponto de partida para nossas considerações, as medidas de institucionalização do esporte no Brasil. Assim, a partir das orientações legais, traçamos as continuidades e descontinuidades direcionadas a este contexto até localizarmos nestes documentos, medidas direcionadas as pessoas com deficiência.

O marco inicial deste processo está atrelado à criação da Divisão de Educação Física, veiculada ao Ministério da Educação e Saúde¹³, por intermédio da Lei n.º 378 de 13 de janeiro de 1937 (BRASIL, 1937). Esta normativa produziu uma nova organização ao Ministério da Educação e Saúde, à medida com que foram criados o Departamento Nacional de Saúde e o Departamento Nacional de Educação. A este último, por sua vez, é que estava vinculava a Divisão de Educação Física.

Neste sentido, a partir da apreciação da referida lei em busca de medidas que se relacionassem, de alguma forma, com o contexto das pessoas com deficiência, localizamos no Capítulo III, em sua Sessão III, denominada “Dos Serviços Relativos À Educação”, o Artigo 38, onde são explicitadas normativas relacionadas ao Instituto Benjamin Constant¹⁴ e ao Instituto Nacional de Surdos Mudos¹⁵:

Art. 38. São mantidos o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Surdos Mudos¹⁶, destinados ao ensino commum e especializado, respectivamente, para cegos e para surdosmudos, e ainda como centros de pesquisas pedagogicas, funcionando, neste ultimo caso, como órgãos colaboradores do Instituto Nacional de Pedagogia (BRASIL, 1937).

¹³ Com a instituição da Lei n.º 378/1937, o Ministério da Educação e Saúde Pública, passa a denominar-se Ministério da Educação e Saúde (BRASIL, 1937).

¹⁴ O Instituto Benjamin Constant foi criado no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1854, pelo Imperador D. Pedro II, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Esta foi uma iniciativa pioneira no Brasil para garantir ao cego o direito à cidadania (NOSSA HISTÓRIA, 2015).

¹⁵ Atualmente denominado de Instituto de Educação de Surdos foi criado no Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1857, por iniciativa do surdo francês Ernest Huet, tendo como primeira denominação Collégio Nacional para Surdos-Mudos (HISTÓRIA DO INES, 2015).

¹⁶ Atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, localizado no Rio de Janeiro.

A partir de uma breve análise destas prerrogativas, tornou-se notório que as medidas legais atribuídas às pessoas com deficiência, advindas com Lei n.º 378/1937 estiveram direcionadas, especialmente, ao desenvolvimento de ações em âmbito educacional. Esta afirmativa está ancorada na análise do conteúdo explicitado no Artigo 38 e também na localização destas orientações nas atribuições “Dos Serviços Relativos À Educação”. Ademais, no que se refere ao contexto esportivo, não foram localizados indícios de medidas direcionadas a esta população.

Posteriormente, através da instituição do Decreto n.º 66.967 de 27 de julho de 1970, que dispôs sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura¹⁷, a Divisão de Educação Física foi transformada em Departamento de Educação Física e Desportos (BRASIL, 1970). Nesta normativa, também não foram localizadas informações que remetessem, diretamente, a medidas direcionadas as pessoas com deficiência, seja em âmbito educacional ou esportivo.

Na sequência, foi instituído o Decreto n.º 81.454 de 17 de março de 1978, dispondo sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. A partir de então, o Departamento de Educação Física e Desportos foi transformado em Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED/MEC) (BRASIL, 1978). Com relação ao conteúdo explicitado no referido Decreto, em seu Artigo 21 é destacada a finalidade da SEED:

Art. 21. A Secretaria de Educação Física e Desportos têm por finalidade planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da educação física e dos desportos no País, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva às unidades federadas e às instituições particulares de ensino, bem como às entidades nacionais dirigentes do desporto e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente (BRASIL, 1978).

Ainda sobre as normativas descritas neste Decreto, podemos destacar a ligação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)¹⁸ à Secretaria de

¹⁷ A partir da promulgação da Lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953, o Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura.

¹⁸ O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura como sendo um órgão autônomo, no ano de 1973. Inicialmente, foi responsável em todo território nacional pela melhoria e expansão do atendimento à pessoa com deficiência em todas as instâncias educacionais, visando sua integração na sociedade (FRANCO; DIAS, 2007).

Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS). No Artigo 28 desta legislação foi descrita a finalidade do CENESP:

Art. 28. O Centro Nacional de Educação Especial, órgão autônomo, nos termos do Decreto nº 72.425, de 03 de julho de 1973, tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta e os superdotados (BRASIL, 1978).

Neste sentido, tornou-se evidente, a partir das prerrogativas advindas com o Decreto n.º 81.454/1978, que as orientações referentes ao esporte e a educação especial não mantinham relação direta no que tange as suas ações e finalidades. Assim, a ligação do CENESP ao Ministério da Educação e Cultura se deu a partir da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS), não havendo qualquer relação com Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED). Diante disso, podemos aferir que, da mesma forma que ocorreu nas demais normativas até aqui explicitadas, as primeiras iniciativas frente ao contexto das pessoas com deficiência estiveram direcionadas, unicamente, ao contexto educacional e não ao esportivo.

Apesar de não se fazer presente na Legislação, durante as orientações iniciais, a relação da população com deficiência com as medidas instituídas ao esporte, autores como Araújo (1997), demarcam este contexto da inserção do CENESP a estrutura do MEC, como o início da organização institucional do esporte para pessoas com deficiência no Brasil. Ao longo de seu estudo, entretanto, o autor enfatizou que este movimento de institucionalização do esporte a esta população se evidenciou a partir do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981¹⁹.

Este evento, por sua vez, representou um significativo avanço no atendimento às pessoas com deficiência, especialmente, no modelo de integração vigente daquele período. A convenção buscou promover, defender e garantir condições de vida digna às pessoas que apresentassem algum tipo de deficiência (UNESCO,

¹⁹ O objetivo do Ano Internacional da Pessoa Deficiente foi de conclamar todos os países, seus governantes, a sociedade e as próprias pessoas com deficiência, a tomar consciência e providências para garantir a prevenção da deficiência, o desenvolvimento das habilidades, a reabilitação, a acessibilidade, a igualdade de condições, a participação plena e a mudança de valores sociais (preconceitos e atitudes discriminatórias).

2007). O tema do evento foi “Participação plena e igualdade” e foi elevado à categoria de tratado do direito internacional. Diante disso, o governo federal buscou elaborar medidas que, de alguma forma, atendessem aos preceitos originados com o ano de 1981.

Dentre as ações, destacamos a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)²⁰, ligada ao Gabinete Civil da Presidência da República, a partir da instituição do Decreto n.º 93.481, de 29 de outubro de 1986. Esta organização objetivava apoiar e estimular a politização de entidades que, de alguma forma, desenvolvessem ações junto desta população (BRASIL, 1986; ARAÚJO, 1997). A efetivação da atuação da CORDE se deu a partir da Lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989. Em linhas gerais, esta normativa dispôs sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, firmando normas que assegurassem o pleno exercício dos seus direitos (BRASIL, 1989).

Para Araújo (1997) a consignação de estruturas governamentais, como a SEED/MEC e a CORDE, representou um avanço no que diz respeito a políticas institucionais voltadas as pessoas com deficiência no Brasil. Corroborando com esta questão, Franco e Dias (2007) destacam a década de 1980 como sendo um marco das ações de prevenção, reabilitação, inserção no mercado de trabalho e, especialmente, obtenção dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência. De tal modo, foi a partir deste contexto que as ações e medidas voltadas a esta parcela da população, inclusive aquelas relacionadas ao esporte, passaram a ser direcionadas a organizações específicas.

²⁰ Embora tenha sido criada na estrutura da Presidência da República, A CORDE transitou por diversos ministérios e secretarias durante sua trajetória. Em 1987, a CORDE foi para a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência (SEPLAN). Em 1988, sofreu duas transferências: a primeira para o Gabinete da Secretaria da Administração Pública e a segunda para o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES). Em 1989, foi transferida para o Ministério do Interior (MINTER). Em 1990, vinculou-se ao Ministério da Ação Social (MAS). Em 1992, uma nova mudança a relacionou ao Ministério do Bem-Estar Social. Em 1995, a CORDE foi transferida para a Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça. Em seguida, em 1997, vinculou-se à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça e, em 1999, à Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Em 2003, a CORDE foi definida como um órgão de assessoramento vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2009, uma nova mudança transformou a CORDE em Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Já em 2010, com a aprovação da Estrutura Regimental da Secretais de Direitos Humanos, foi criada a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que passou a ser o órgão responsável pela articulação e coordenação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência (BRASIL, 2010).

A estrutura organizacional vigente até então, em que a Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED) se vinculava ao Ministério da Educação e Cultura e que, de forma específica, não apresentava qualquer relação com o desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência, sofreu alterações a partir da eleição do Presidente Fernando Collor de Melo, no ano 1989. A partir de então, foi criada a Secretaria de Desportos da Presidência da República (SEDES/PR), sendo um “órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República”, através da Lei n.º 8.028, de 12 de abril de 1990. No Artigo 14 da referida Legislação são destacadas as finalidades da SEDES/PR:

Art.14. A Secretaria dos Desportos tem por finalidade realizar estudos, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do desporto no País, de acordo com a Política Nacional de Desportos, além de zelar pelo cumprimento da legislação desportiva e prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, aos Territórios e às entidades nacionais dirigentes dos desportos. Possui a seguinte estrutura básica:

I Conselho Nacional de Desportos;

II Conselho de Administração do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional;

III Departamento de Desportos Profissional e Não Profissional;

IV Departamento de Desportos das Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 1990).

Neste contexto, portanto, ocorreu a articulação de um Departamento, direcionado ao “Desporto para pessoas portadoras de deficiência”, no interior da estrutura da SEDES/PR (BRASIL, 1990). Assim, no Artigo 8º desta normativa foram descritas as competências deste órgão governamental:

Art. 8º Ao Departamento de Desportos das Pessoas Portadoras de Deficiência compete:

I - promover análises, estudos e pesquisas, visando a subsidiar a formulação da Política Nacional dos Desportos, no que tange às pessoas portadoras de deficiência;

II - promover estudos com vistas à aquisição, adequação e divulgação de novas tecnologias para o aparelhamento e desenvolvimento do desporto para pessoas portadoras de deficiência;

III - articular-se com instituições de ensino de educação física e desporto, objetivando à troca de experiências e cooperação técnica;

VI - promover a articulação e a cooperação técnica com outras entidades, visando a apoiar as instituições de educação especial na implementação do desporto especializado;

- V - promover e divulgar eventos na área do desporto especial;
- VI - subsidiar as entidades e os sistemas de educação especial na análise, orientação e atualização técnico-didático-desportiva;
- VII - propor alternativas de captação de recursos para transferência e aquisição de tecnologias;
- VIII - desenvolver estudos e pesquisas com vistas à avaliação dos resultados obtidos na área psicossocial da pessoa portadora de deficiência;
- IX - elaborar ou promover a divulgação de publicações técnico-pedagógicas, relacionadas com o desporto para pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1990).

Esta medida, além de instituir um órgão direcionado ao esporte para pessoas com deficiência no interior da Secretaria de Desportos da Presidência da República²¹, significou um novo momento para o desenvolvimento esportivo desta população. A partir de então, as entidades vinculadas à prática do esporte para esta população passaram a receber auxílio para a realização de competições, além de receberem incentivos para participar de campeonatos nacionais e internacionais. Além disso, foi muito em razão desta nova conjuntura que ocorreu a criação de entidades voltadas ao desporto paralímpico e adaptado no país.

Posteriormente, no ano de 1993, a medida mais significativa direcionada ao esporte para pessoas com deficiência adveio com a solicitação oficial do Comitê Paralímpico Internacional²² para que os países criassem seus Comitês Paralímpicos Nacionais. Estes, por sua vez, “deveriam atuar como uma organização guarda-chuva em seus respectivos países tornando-se os interlocutores destes com o Comitê Paralímpico Internacional” (MIRANDA, 2011, p. 34).

Neste sentido, no ano de 1994, foi criada uma Comissão Provisória nas dependências da Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e Cultura – MEC contendo representantes da Associação Nacional de Desporto de Deficientes – ANDE (1975), Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas - ABRADCAR (1984), Associação Brasileira de Desporto para Cegos – ABDC (1984), Confederação Brasileira de Desporto para Surdos - CBDS (1987) e

²¹ Com a saída de Collor da Presidência, entretanto, o esporte voltou a ser vinculado ao Ministério da Educação, com a Secretaria de Desportos.

²² O Comitê Paralímpico Internacional é uma organização não governamental internacional sem fins lucrativos, destinado ao esporte para atletas com deficiência. Foi fundado em 22 de setembro de 1989, tendo a missão de organizar e permitir que os atletas paralímpicos alcancem a excelência esportiva.

Associação Brasileira de Desporto para Amputados – ABDA (1990), para a elaboração de uma minuta estatutária visando à criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Este fato, por sua vez, foi concretizado no dia 09 de fevereiro de 1995. Assim, o CPB tinha por objetivos iniciais a sua estruturação administrativa e a preparação para o envio da delegação brasileira aos Jogos Paralímpicos de Atlanta no ano de 1996. Ademais, era desejo do CPB também, buscar uma maior aproximação da sociedade com o Desporto Paralímpico (MIRANDA, 2011).

O CPB, a partir de sua fundação, passou a ser o órgão de administração do esporte para pessoas com deficiência no Brasil, buscando atender as solicitações do Comitê Paralímpico Internacional. Ademais, a institucionalização do CPB representou um avanço primordial para o desenvolvendo do esporte para pessoas com deficiência no país, uma vez que passou a ser a ligação entre as associações, governos e iniciativa privada. Apesar disso, muitas foram as entidades criadas, concomitantemente, a este longo processo de estruturação de uma organização representativa do esporte paralímpico, em âmbito governamental.

Neste sentido, o contexto de desenvolvimento do esporte entre as pessoas com deficiência estruturou-se de maneira amadora até a criação do CPB. Desta forma, foram inúmeras as entidades que se dedicaram a desenvolver a prática esportiva em distintos locais do território nacional, tais como a ABDC, ABDA, ANDE, ABRADECAR e a CBDS. Tais iniciativas ocorreram de maneira independente, sendo organizadas pelos próprios deficientes, os quais precisavam arcar, por vezes, com as consequências de suas ações, tais como a falta de incentivos financeiros para o desenvolvimento das atividades (ARAÚJO, 1997).

Em cenário sul-rio-grandense, por sua vez, a década de 1980 marcou um período propício para o desenvolvimento do esporte para deficientes visuais (CARMONA, 2015b). Dentre as ações desenvolvidas, destacamos a criação da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), da Sociedade Esportiva Luiz Braille (SELB), além de enfatizarmos a significativa contribuição do Instituto Santa Luzia para conformação deste campo. Esta Instituição elegeu o esporte como conteúdo essencial na formação integral de seus alunos desde os seus primeiros anos de funcionamento. Em razão disso, criou condições e, de certa forma, auxiliou

no desenvolvimento do esporte no Estado, contribuindo para a inserção de ex-alunos no universo do esporte de alto rendimento.

Um exemplo desta influência foi a inserção, no contexto do alto rendimento, das atletas Anelise Hermany e Vera Bergamo, que após deixarem o Instituto optaram por permanecer residindo em Porto Alegre para se dedicarem a prática do atletismo. Elas, juntamente com um pequeno grupo organizado na capital sul-rio-grandense, vivenciaram os momentos iniciais da estruturação do esporte paralímpico no país. Assim, através de suas narrativas foi possível elencarmos características deste contexto inicial, evidenciando questões que se relacionaram, diretamente, a falta de uma sistematização do esporte por parte do governo.

Esta questão também é elencada no estudo de Araújo (1997), onde o autor constrói uma narrativa através dos relatos de sujeitos que se envolveram, de alguma forma, com a criação destas estruturas governamentais, durante a década de 1980. Assim, uma das versões transcritas de forma literal em seu trabalho, destaca que “a grande questão na época, era a falta de uma sistematização que garantisse uma condição mínima de apoio às entidades. Não se podia dizer que não havia recursos, o que faltava, realmente, era o estabelecimento de uma política de apoio a médio e longo prazo” (1997, p. 80-81).

Neste sentido, para que, de alguma forma, estas condições fossem criadas, as próprias associações esportivas, de maneira independente, buscaram incentivos junto a empresas privadas. Esta questão, por sua vez, foi narrada pela atleta Vera Bergamo quando ela se recordou da participação da equipe sul-rio-grandense na seletiva nacional para os Jogos Paralímpicos de Nova York, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1983. Segundo a atleta, a Associação de Cegos Luiz Braille – ACELB, de Porto Alegre, empenhou-se na arrecadação de recursos junto a empresas do Estado, para tornar possível a viagem dos atletas. Para ela, foi somente em razão deste auxílio que a participação foi possível (HERMANY, 2015).

As competições nacionais, por sua vez, também refletiam de certa forma, a falta de sistematização de uma estrutura governamental voltada ao esporte paralímpico brasileiro. Assim, em uma de suas falas, a atleta Vera Bergamo relatou que participou de uma competição, onde as atletas precisaram correr individualmente na pista, para disputar a prova de 100 metros rasos. Desta forma, o

tempo de cada uma das velocistas era cronometrado e, ao final, quando todas já tivessem realizado a prova, relacionavam-se as marcas e se obtia a classificação final. Para Vera, esta forma de organização não proporcionava “aquela sensação de estar competindo com outros e de poder dar um pouquinho a mais para passar” (BERGAMO, 2015, p.4).

Nestas competições, segundo o depoimento da atleta, destacava-se o imprevisto. Assim, adaptava-se desde os locais de prova até a área de estadia e circulação dos atletas (BERGAMO, 2015). Com relação a esta questão, Carmona (2015a, p. 31), destaca que “hoje, essas alterações são praticamente inaceitáveis no campo esportivo, todavia, naquele momento, foi a forma utilizada para que os deficientes visuais pudessem participar e competir no atletismo. Assim, estas práticas esportivas adaptadas foram manifestações de representações apropriadas pelos grupos para o desenvolvimento do atletismo no seu meio”. Abaixo, destacamos um dos trechos transcritos da entrevista da atleta Vera Bergamo, onde ela relata as condições de realização das provas:

Ainda não existia muita tecnologia. Ninguém tinha conhecimento para fazer os treinamentos ou para competir. Na verdade era assim em todas as corridas que aconteceram. Nós não tínhamos guias como se usa atualmente, era uma corda que eles colocavam na pista. Eles fixavam duas estacas, no início e no final dos 100 metros, por exemplo, e nós pegávamos outra cordinha na mão, que deslizava sobre aquela outra corda que estava estendida. Assim nós íamos correndo. Guiando-nos por aquela cordinha. Só que como pegávamos com a mão esquerda, tu ficavas com o braço esquerdo parado e só podias movimentar o direito (BERGAMO, 2015, p. 2).

As dificuldades se refletiam também durante o período de preparação para as competições. Assim, conforme destacado em depoimento pela atleta Anelise Hermany, durante os primeiros anos da década de 1980, a equipe formada para representar a ACELB²³ treinava em diferentes locais da cidade de Porto Alegre. Dentre eles, destacava-se a pista de atletismo do Parque Ramiro Souto, localizada no Parque Farroupilha; a pista da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS), atual Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID); e as dependências do Serviço Social do Comércio

²³ A Sociedade Esportiva Luiz Braille (SELB), modificou seu nome para “Sociedade Luiz Braille” (SOLB), no ano de 1985.

(SESC). Os treinamentos, por sua vez, não seguiam uma estruturação, com periodizações relativas à carga de treinamento. Em depoimento, a atleta Vera Bergamo, também relatou que não havia um planejamento anual com relação às competições.

O grupo que representava a ACELB era coordenado pelo professor Airton Jordani Jardim, que assim como as demais pessoas que se dedicavam a preparação dos atletas, em muitas ocasiões, o desenvolvia de forma voluntária. A atleta Leila Marques, também se recordou durante seu depoimento, do esforço de todos em prol do esporte.

Nós não tínhamos incentivos financeiros. Era tudo “chorado”. Às vezes, precisavam “cortar” um colega porque tu tinhas um índice melhor que o dele. Era tudo muito sacrificado, mas nós fazíamos. Nós passávamos as tardes treinando. O pessoal vinha trabalhar conosco, os professores; mais no amor, um trabalho voluntário e nós sempre unidos. Em 1988, quando eu consegui a vaga, até nem acreditei, porque nós não tínhamos dinheiro. Eu estava até procurando emprego quando recebi a notícia (MARQUES, 2015, p. 2-3).

Da mesma forma que a atleta Leila Marques, a colega de equipe Anelise Hermany, também destacou o importante papel desempenhado por seu treinador, o professor Airton, e pelas demais pessoas que os apoiavam durante os treinamentos e competições. Para a atleta, foi muito em razão desta dedicação que os resultados começaram a surgir: “Fomos treinar sem patrocínio, sem coisa nenhuma. O governo nos dava uniforme, um agasalho. Não tinha ajuda nenhuma, mas, mesmo assim, fomos à luta” (HERMANY, 2015, p. 2).

A trajetória de atletas que, assim como Anelise, Leila e Vera que se dedicaram ao esporte paralímpico em sua fase inicial, foi marcada por momentos difíceis e de certa forma, de decepção. Em uma de suas falas, a atleta Vera Bergamo enfatiza a discrepância existente entre a dedicação das equipes e os incentivos ao esporte paralímpico daquele tempo:

Eu acho que nós tínhamos - não somente eu, mas toda a equipe - nós tínhamos bastante decepção quando estávamos bem treinados e, por falta de recursos, não podíamos participar de um campeonato. Isso era muito triste para o grupo e para mim porque, às vezes, eu sabia que eu estava bem, que eu ia bater um recorde, inclusive. Mas,

chegava na hora de ir e cadê o dinheiro? Cadê as condições? Às vezes, nós não tínhamos nem treinador. Nós ficávamos sem nada (BERGAMO, 2015, p. 10).

Na contramão desta realidade, entretanto, a atleta destacou a motivação existente em cada um dos atletas do grupo. Assim, se recordou que todos os colegas mantinham o interesse e não deixavam de treinar por mais que tivessem que arcar com os custos (literalmente), de suas escolhas.

Nós tínhamos muita motivação, muita vontade, interesse. Viajar era uma coisa muito boa, participar de competições. Nós achávamos o máximo essa troca de culturas entre os estados, entre as pessoas que participavam. Conhecer gente nova, tudo era entusiasmo, era motivação. Eu acho que isso, também, era um *plus* para nós nos envolvermos e termos este desempenho (BERGAMO, 2015, p. 12).

Neste sentido, para a atleta Leila Marques, a união do grupo que treinava em Porto Alegre, desempenhou um papel primordial para que ela continuasse se dedicando ao esporte. A convivência com os demais atletas durante os dias de treino, segundo ela, tornava aqueles momentos que, muitas vezes, eram desgastantes, em ocasiões onde cada um tomava para si o sonho e o objetivo do outro.

A sensação de nós estarmos todos juntos fazia com que nós sonhássemos com as viagens, treinos, com baixar o tempo, essas coisas todas. Nós sonhávamos juntos, mesmo aqueles que não tinham índice, estavam sempre junto com nós. Era um grupo muito bom. Nós estávamos sempre juntos (MARQUES, 2015, p. 7).

Diante do exposto neste subcapítulo tornou-se notável, especialmente, ao confrontarmos os documentos legais de orientações com informações obtidas por meio da revisão bibliográfica, a significativa influência exercida pela falta de uma estrutura organizacional que orientasse as ações das entidades criadas para desenvolver o esporte paralímpico no país. Esta falta de sistematização refletiu de maneira direta na conduta das associações, clubes e centros, além de prejudicar, de certa forma, o próprio desempenho dos atletas. Estas questões tornaram-se reais a medida com que os sujeitos que vivenciaram o esporte naquele período, narraram suas experiências destacando a falta de condições de treinamento, a má

organização das competições nacionais e a falta de incentivos aos atletas que participavam de competições internacionais.

Apesar deste cenário desfavorável ao desenvolvimento do esporte paralímpico brasileiro, foram estas entidades estruturadas de maneira amadora que escreveram a história dos primeiros anos do esporte de rendimento, para pessoas com deficiência, em cenário sul-rio-grandense e nacional. Assim, durante o período inicial, foi incessante a busca por patrocínios para tornar possível a participação em competições, sejam elas em âmbito regional, estadual, nacional ou mesmo internacionais. Diante disso, no subcapítulo que segue, procuramos descrever, através das narrativas das atletas, como se deram seus percursos em competições dentro e fora do País.

4.3. A PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

No presente subcapítulo é delineado, especialmente através das narrativas das atletas Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo, nuances acerca de suas participações em competições nacionais e internacionais. Neste sentido, procuramos relacionar seus percursos com o contexto de desenvolvimento do esporte paralímpico em âmbito sul-rio-grandense e nacional, correlacionando suas versões com informações obtidas através da revisão bibliográfica. Assim, nossa escrita foi orientada pelos rumos destas atletas que vivenciaram o atletismo paralímpico durante sua conformação inicial.

Neste sentido, as narrativas dessas atletas deficientes visuais, inicialmente, nos guiaram a distintos caminhos. Assim, conforme descrito, as atletas inseriram-se no esporte paralímpico de diferentes formas e, em decorrência disso, o início de suas trajetórias em competições também seguiu percursos desiguais. Para as atletas Anelise e Vera, o contexto do esporte competitivo tornou-se presente ainda enquanto estavam na condição de alunas do Instituto Santa Luzia, em Porto Alegre. Deste modo, juntamente com os demais alunos da Instituição, foi oportunizado às atletas a participação em campeonatos esportivos promovidos por outros Institutos. Neste contexto, entretanto, predominava a característica de esporte inclusivo, com

viés educativo não apresentando, portanto, relação alguma com o esporte paralímpico de alto rendimento.

O início do caminho esportivo para a atleta Leila Marques ocorreu de maneira bastante distinta. Neste sentido, sem nunca antes ter frequentado uma pista de atletismo, a atleta foi apresentada ao contexto do esporte de alto rendimento no mesmo instante em que, pela primeira vez, esteve em um espaço de treinamento e iniciou sua preparação para competições. Desta forma, foi evidenciado através de sua narrativa, que seus objetivos iniciais no esporte, foram logo direcionados para a conquista de índices nacionais, tendo por anseio maior, chegar à elite do esporte paralímpico brasileiro. Intrínseco a este desejo, estava à busca pela conquista de uma vaga na delegação nacional de atletismo, para poder representar o país em Jogos Paralímpicos.

Ao contrário da atleta Leila, esta realidade foi apresentada às atletas Anelise e Vera, posteriormente a saída delas do Instituto Santa Luzia, no início da década de 1980. Deste modo, após terem vivenciado o atletismo no interior da Instituição, as atletas optaram por permanecer residindo na capital sul-rio-grandense para continuarem se dedicando a prática esportiva. O contexto que se apresentava nas associações e entidades esportivas, entretanto, era distinto daquele presente no Instituto Santa Luzia. Assim, a partir do momento em que iniciaram seus treinamentos na capital do Estado, as atletas redirecionaram seus caminhos na busca por resultados que as levassem, assim como a atleta Leila, a competir pelo Brasil em Jogos Paralímpicos.

Nesta direção, apesar das três atletas sul-rio-grandenses terem se inserido de maneiras distintas no universo do esporte paralímpico e, em decorrência disso, terem tido, inicialmente, diferentes trajetórias, suas histórias se cruzaram a partir do momento em que decidiram percorrer as pistas de atletismo, tendo por objetivo comum, a participação em Jogos Paralímpicos. O contexto que se apresentava às atletas e as demais pessoas que se dedicavam ao esporte paralímpico durante aquele período (início dos anos de 1980) é tido como um marco no que se refere a expansão da prática esportiva para pessoas com deficiência visual no Rio Grande do Sul.

Neste sentido, conforme evidenciou Carmona em seu estudo (2015a, p. 35), “o esporte paralímpico durante este período, era amador e sobrevivia por meio da iniciativa dos próprios deficientes visuais, de pessoas e de profissionais de Educação Física, vinculados a este meio”. Entretanto, apesar desta realidade nacional, instituições da cidade de Porto Alegre, tais como o Instituto Santa Luzia, a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), o Centro Louis Braille²⁴ e a Sociedade Esportiva Luiz Braille (SELB)²⁵ passaram a desenvolver a prática do atletismo durante este período. Este contexto, por exemplo, pode ter exercido forte influência na escolha das atletas Anelise Hermany e Vera Bergamo quando optaram por permanecer na capital sul-rio-grandense se dedicando ao atletismo.

Diante desta realidade, as atletas sul-rio-grandenses iniciaram suas trajetórias em busca de resultados positivos em campeonatos nacionais e, na mesma medida, por índices que tornassem possível a participação em Jogos Paralímpicos. Para a atleta Anelise Hermany, este anseio tornou-se real durante a seletiva nacional realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1983. Este evento esportivo objetivou selecionar os atletas participantes com melhores desempenhos em suas provas, para estruturação da equipe brasileira de atletismo, que participaria dos Jogos Paralímpicos de Nova York, no ano 1984. Na ocasião, por ter competido em provas de corrida, salto em altura e salto em distância, a atleta Anelise conquistou cinco medalhas de ouro. Em decorrência de seu excelente desempenho, além da conquista da vaga para os Jogos de Nova York, foi carinhosamente chamada de “Super Ane”.

De igual forma, a atleta Vera Bergamo também teve a oportunidade de participar da seletiva nacional no Rio de Janeiro, com vistas a compor a delegação de atletismo para os Jogos Paralímpicos de Nova York. Na ocasião, a atleta conquistou a medalha de ouro na prova dos 100 metros rasos. A atleta Leila Marques, por sua vez, em decorrência de sua recente inserção na equipe sul-rio-grandense e, por estar na fase inicial de seus treinamentos, não pode participar desta seletiva. Apesar disso, continuou se dedicando a sua preparação e, quando

²⁴ Escola do estado do Rio Grande do Sul, vinculada a atual FADERS (Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul) que atendia deficientes visuais, promovendo cursos de orientação, de mobilidade, além do ensino do Braille, dentre outras práticas (CARMONA, 2015a).

²⁵ A Sociedade Esportiva Luiz Braille (SELB) foi idealizada no ano de 1973, em Porto Alegre, sendo pioneira no desenvolvimento da prática esportiva para deficientes visuais no Estado.

possível, participava de competições locais, regionais e nacionais juntamente com os demais membros da equipe.

Durante o depoimento das atletas que foram ao Rio de Janeiro no ano de 1983, foram evidenciadas questões que remetem, diretamente, as características da organização da competição, bem como suas estruturas. Desta forma, narraram que as atletas participantes precisaram realizar suas provas de forma individual na pista e que seus técnicos²⁶ se posicionavam ao final do percurso para orientá-las através do som, à medida com que batiam palmas.

Neste sentido, torna-se imperativo destacarmos que, naquele período, não havia a presença de atletas-guias para auxiliar as competidoras durante suas provas. Em razão disso, eram distintas as estratégias adotadas pelas equipes e também por cada competição para tornar possível o desenvolvimento do esporte entre as pessoas com deficiência visual. Esta falta de estruturação do esporte para pessoas com deficiência se fazia presente também dentro dos Institutos para cegos, os quais adaptavam materiais para o desenvolvimento do esporte entre seus alunos. Esta situação, contudo, ainda vigora dentro de escolas que possuem em seu grupo de alunos, pessoas com alguma deficiência. Com relação a isso, estudos realizados destacam que a falta de uma estrutura adequada é um fator que, atualmente também dificulta, significativamente, o trabalho do professor de Educação Física dentro de instituições de ensino (SILVA, DUARTE, ALMEIDA, 2011; GORGATTI, JÚNIOR, 2009; CHICON, 2008; FALKENBACH, CHAVES, NUNES, NASCIMENTO, 2007).

Neste sentido, podemos evidenciar que ainda hoje permanecem vestígios da (falta)estruturação adequada para o desenvolvimento esportivo, entre as pessoas com deficiência, em âmbito educacional. No contexto esportivo de alto rendimento, entretanto, ocorreram avanços significativos com relação a esta questão.

Posteriormente a seletiva nacional realizada no Rio de Janeiro, ocorreu a convocação dos atletas que formaram a equipe de atletismo brasileira que foi aos Jogos Paralímpicos de Nova York, no ano de 1984. Assim, o grupo de deficientes visuais foi composto por cinco atletas: Fernando Lauriano Melo, Edson Lopes Silva e

²⁶ Durante o período de 1983 a 1985, os treinos de Vera foram acompanhados pelo professor Airton Jordani Jardim.

Sérgio Dias, do Rio de Janeiro; Guaracy Fernandes e Anelise Hermany, do Rio Grande do Sul; e Mario Sergio Fontes, do Paraná (CARMONA, 2015a). A atleta Anelise Hermany, por sua vez, foi a única atleta mulher do grupo de deficientes visuais, sendo também a mais jovem da delegação. Entretanto, apesar de seu nome constar na lista dos atletas convocados, um impasse ocorrido dias antes da viagem colocou em dúvida sua participação nos Jogos.

Em sua narrativa a atleta tornou evidente que, em razão da falta de incentivos financeiros, os organizadores da equipe brasileira haviam conseguido passagens aéreas para cinco atletas apenas e, em razão disso decidiram, inicialmente, por sua exclusão do grupo. Este empecilho, entretanto, foi resolvido um dia antes da viagem, a tempo da atleta embarcar para os Jogos e representar de maneira expressiva o país. Em seu relato, a atleta narra a sensação de ter sido convocada para representar o Brasil no maior evento mundial do esporte paralímpico:

Quando eu soube que eu participaria dos Jogos de 1984, nossa... Eu fiquei... Meu Deus! Para mim era um sonho. Eu nunca imaginei! A gente treinava por treinar. A gente competia por esporte. Quando saiu que eu poderia viajar, eu disse: Meu Deus, que coisa maravilhosa! Comecei a me dedicar ao treinamento, consegui os méritos e, apesar de toda a confusão das passagens, que foi um estresse para todo mundo, no final deu tudo certo (HERMANY, 2015, p. 7).

Ao final de sua primeira competição a nível mundial, com 17 anos de idade, a atleta Anelise retornou ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, com três medalhas paralímpicas²⁷. Duas destas de prata, nas provas de 100 metros rasos e no salto em distância, na classe B2; e uma de bronze, na prova de 800 metros rasos, também na classe B2 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2015). Abaixo, destacamos as medalhas conquistadas pela atleta Anelise Hermany nos Jogos Paralímpicos de 1984.

²⁷ Nos 100 metros rasos, classe B2, Anelise conquistou a medalha de prata, finalizando a prova em um tempo de 14seg58. Na prova de salto em distância, Anelise saltou 4m19cm, categoria B2 e conquistou a medalha de prata. Nos 800 metros rasos, classe B2, Anelise terminou a prova com 2min38s, conquistando o bronze.

Figura 1 - Medalhas conquistadas pela atleta Anelise nos Jogos Paralímpicos de 1984.



Fonte: Acervo pessoal da atleta Anelise Hermany.

Neste sentido, torna-se imprescindível destacarmos que a atleta conquistou três de um total de seis medalhas para o Brasil na competição. Além disso, foi a única atleta deficiente visual a retornar dos Jogos de Nova York com medalha. Este fato também a tornou a primeira atleta deficiente visual brasileira a conquistar medalha em Jogos Paralímpicos.

Esta edição dos Jogos foi especialmente marcada por ter sido realizada em duas sedes distintas. Em Nova York, nos Estados Unidos, competiram os atletas com paralisia cerebral, deficiência visual, amputados e “*les autres*”, durante o período de 16 de junho a 30 de julho. Na Inglaterra, mais especificamente, em Stoke Mandeville, competiram os atletas cadeirantes, durante o período de 22 de julho a 1º de agosto (COMITÉ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2015). Na ocasião, o Brasil conquistou seis medalhas de ouro, sendo cinco no atletismo com os atletas Amintas Piedade²⁸, Luiz Cláudio Pereira²⁹ e Miracema Ferraz³⁰ e, uma na natação, com a

²⁸ Arremesso de peso e lançamento de dardo, classe 1C.

²⁹ Arremesso de peso e lançamento de dardo, classe 1C.

³⁰ Arremesso de peso, classe 1A.

atleta Maria Jussara Mattos³¹. As quatorze medalhas de prata conquistadas foram nas modalidades de atletismo e natação. No atletismo destacaram-se os atletas Amintas Piedade³²; Luiz Cláudio Pereira³³ e Miracema Ferraz³⁴ e na natação, o atleta Marcelo Amorim³⁵ e a atleta Maria Jussara Mattos³⁶. As duas medalhas de bronze foram trazidas pelos atletas Jorge Graciano, no atletismo³⁷ e, por Marcelo Amorim, na natação³⁸ (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2015).

Apesar dos resultados significativos para o esporte paralímpico brasileiro e, de um modo específico, para o esporte paralímpico sul-rio-grandense, pouco se noticiou na época, a respeito do desempenho de Anelise Hermany. Em seu depoimento, a atleta relatou que não houve recepção, homenagens e, de certa forma, reconhecimento de suas conquistas quando retornou ao país. Além disso, não se recorda de reportagens nos veículos de comunicação da época. Apesar disso, reconheceu em seu depoimento que, no tempo presente a situação é distinta, uma vez que, há iniciativas que valorizam, de certa forma, o esporte paralímpico no Brasil e que divulgam as ações voltadas a este campo. Com relação a esta questão, a professora Kátia Rubio (2006, p. 89), destaca que “ser medalhista no Brasil nas décadas do amadorismo³⁹ era ainda mais difícil do que ser um na atualidade, daí talvez a sensação de vitória e de dever cumprido”.

Posteriormente ao seu retorno dos Jogos Paralímpicos de Nova York, o percurso da atleta Anelise Hermany no atletismo prosseguiu na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, onde passou a residir a convite de seu irmão Evaldo. Em depoimento, a atleta recordou-se que, naquela época, a Associação dos Deficientes Visuais do Paraná (ADEVIPAR) estava estruturando uma equipe de atletismo paralímpico e, em razão disso, seu irmão insistiu para que ela se integrasse a eles. Desde então, ela passou a treinar e a residir naquela localidade.

³¹ 4x50m *medley*, classe 6.

³² Lançamento de disco e *Slalom*, classe 1C.

³³ Lançamento de disco e pentatlo, classe 1C.

³⁴ 100m, 200m, 400m e 800m rasos em CR, classe 1A e *Slalom*, classe 1B.

³⁵ 100m costas, 100m peito, 4x50m *medley*, classe 5.

³⁶ 100m costas, 100m livre, classe 6.

³⁷ 100m rasos, classe 3.

³⁸ 100m livre, classe 5.

³⁹ Podemos caracterizar o contexto descrito como “amadorismo” do esporte paralímpico brasileiro, pois no período ainda não havia uma estrutura governamental que organizasse este campo esportivo. Neste contexto, torna-se válido recordar que a criação do Comitê Paralímpico no Brasil ocorreu apenas em 1995.

Gosto muito daqui (Curitiba/PR), mas foi complicado no início para eu me adaptar aos costumes. [...] Mas, eu só tenho a agradecer a esta cidade que me acolheu, todos os amigos e tudo que aconteceu aqui também. Não foi fácil. A gente trabalhava o dia inteiro e ia treinar a noite em uma pista de carvão, ali na Osvaldo Cruz. Era uma pista de 250m, não era nem oficial. Ali era um inferno. No verão, meu amigo, treino “pegado”. Sapatilha saía de lá “pretinha”. Nossa! Mas, olha, foi muito gratificante (HERMANY, 2015, p. 7).

Neste período, Anelise estava “no auge de sua forma física” (HERMANY, 2015, p. 2), fato este que a impulsionou na conquista de bons resultados no Campeonato Sul-Americano de atletismo paralímpico que foi realizado Venezuela, no ano de 1985. A atleta Vera Bergamo também esteve presente na competição e, em seu depoimento evidenciou questões vinculadas à estrutura do esporte paralímpico naquele período. Para ela, a realidade esportiva não diferia muito entre os países da América do Sul e, confere a esta característica, o motivo do referido evento esportivo não ter tido uma participação significativa de atletas. Na ocasião, a atleta recordou-se que a delegação brasileira, por exemplo, viajaria, inicialmente, com vinte e cinco atletas, entretanto, em razão dos quase inexistentes incentivos ao esporte paralímpico, enviou somente seis competidores.

Em detrimento destas condições, especialmente, da falta de incentivos financeiros, a atleta Vera Bergamo precisou competir em quatro provas distintas no atletismo. Esta, de certa forma, era uma prática recorrente entre os atletas com deficiência, durante o contexto inicial de conformação do campo esportivo paralímpico. Assim, em decorrência do baixo índice de praticantes nas modalidades esportivas e também da falta de incentivos financeiros para enviar mais pessoas às competições, era recorrente a participação de um mesmo atleta em diferentes modalidades.

Neste contexto, apesar das condições pouco favoráveis ao desenvolvimento do esporte paralímpico durante aquele período, a atleta Vera Bergamo retornou ao Brasil com quatro medalhas de ouro. Abaixo, destacamos uma imagem onde estão destacadas três de um total de quatro medalhas conquistadas pela atleta na competição Sul-Americana realizada no ano de 1985.

Figura 2 - Medalhas conquistadas pela atleta Vera no Campeonato Sul-Americano (1985).



Fonte: Acervo pessoal da atleta Vera Bergamo.

Através das lembranças das atletas sul-rio-grandenses foi possível percebermos que o auge de suas trajetórias no contexto esportivo paralímpico foi a participação nos Jogos de Seul, realizados no ano de 1988. Diferentemente dos Jogos de Nova York em 1984, quando a atleta Anelise Hermany foi a única mulher deficiente visual a ser convocada para compor a delegação brasileira de atletismo, para os Jogos Paralímpicos de Seul, além de Anelise, as atletas Leila Marques e Vera Bergamo, ambas do Rio Grande do Sul, foram convocadas. Nesta época, os técnicos da equipe sul-rio-grandense eram a professora Lia Hoffmann e o professor Joca. Além deles, o professor Airton Jardim e a professora Elizabeth Pedrosa Ribeiro auxiliavam nos treinamentos desempenhando, por vezes, o papel de atletas-guias.

Para além das três atletas sul-rio-grandenses, a atleta Ádria Rocha Santos, natural de Minas Gerais, também fez parte da equipe brasileira de atletismo que foi

aos Jogos Paralímpicos de Seul. Na época, a atleta tinha 14 anos de idade e, pela primeira vez, foi convocada para representar o país neste evento. De tal modo, o contato de Ádria com as três atletas sul-rio-grandenses iniciou durante a preparação para os Jogos, em Curitiba/PR. Abaixo, destacamos uma imagem das quatro atletas brasileiras que representaram o país nas provas de atletismo paralímpico, nos Jogos de Seul, em 1988.

Figura 3 - Delegação feminina de atletismo que foi aos Jogos de Seul, em 1988.



Descrição: Vera, Leila, Ádria e Anelise (da esquerda para a direita).

Fonte: Acervo pessoal da atleta Vera Bergamo.

Em Seul, as atletas se aproximaram ainda mais, uma vez que, permaneciam juntas durante todo o tempo, seja dividindo alojamento e fazendo as refeições, seja na pista realizando seus treinamentos. Conforme evidenciou a atleta Anelise Hermany em seu depoimento, a delegação brasileira de atletismo chegou a Seul cinco dias antes do início das provas e permaneceu na Coreia do Sul por cerca de quinze dias. Durante este período, as atletas puderam perceber adaptações na

cidade para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, conforme depoimento de Anelise:

Eles prepararam a cidade para a Paralimpíada. Eles fizeram adaptações para os deficientes visuais, como faixas, elevadores com informações em braille, pistas táteis, tudo. [...] A entrada para os estádios era muito linda. Eu me lembro das flores, pirâmide de flores, muito lindo, lindo, lindo mesmo (HERMANY, 2015, p. 11).

A atleta Leila Marques apesar de estar, consideravelmente, inserida no universo esportivo, nos relatou que não tinha dimensão do que, de fato, era o esporte paralímpico. Destacou em sua entrevista que, ao chegar a Seul, deparou-se com uma realidade oposta àquela presente no Brasil. A estrutura de apoio das demais equipes era inigualável, diferenciando-se desde os uniformes até as avançadas técnicas de treinamento. A delegação brasileira, por exemplo, não teve recursos financeiros suficientes para enviar um professor/treinador junto da equipe para dar o apoio necessário durante a competição.

Neste mesmo sentido, a atleta Vera Bergamo nos narrou algumas das diferenças existentes na estrutura esportiva paralímpica do Brasil, quando comparada a de outros países. Para ela, durante os Jogos Paralímpicos de Seul, tornou-se notório o maior desenvolvimento do esporte paralímpico em países como o Canadá, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Rússia e Itália, seja em questões relacionadas aos incentivos e patrocínios, seja vinculadas às técnicas específicas de treinamento.

A atleta Vera Bergamo também relatou que tecnicamente, a delegação brasileira estava bastante abaixo das demais equipes que se destacavam em âmbito mundial naquele cenário. No Brasil, apesar do trabalho árduo desempenhado por pessoas que se dedicavam ao esporte paralímpico, não havia, por exemplo, treinamentos voltados ao reforço da musculatura, os quais são essenciais no desempenho e também para a prevenção de lesões. Apesar disso, a atleta mostrou-se bastante ciente destas condições e, em razão disso, antes mesmo de ir a Seul, já havia traçado uma meta pessoal:

Eu sabia das minhas condições e do restante do mundo [...], então, eu sempre dizia que se eu conseguisse bater meu recorde em Seul, eu já estaria maravilhada. E consegui. Baixei um segundo, mais ou menos, mas, consegui baixar (BERGAMO, 2015, p. 13).

A partir da narrativa da atleta Vera Bergamo, tornou-se notório um sentimento de vitória ao perceber que havia conseguido atingir uma meta estabelecida por ela, a qual dizia respeito, apenas, a superação de seus próprios índices. Com relação a isso, Kátia Rubio em seu estudo (2006, p. 87), destaca que “a competição contra si mesmo, compreende uma espécie de luta privada, íntima, onde o competidor é também seu juiz”. Neste sentido, a atleta Vera Bergamo, tendo ciência de sua condição enquanto atleta traçou um objetivo para si e, durante sua prova procurou competir, unicamente, consigo mesma.

Em Seul, as competições de atletismo, por sua vez, iniciaram pela prova de 800 metros rasos e, em decorrência do reduzido número de atletas participantes, não houve etapa classificatória. Desta forma, as atletas realizaram a prova uma única vez e já obtiveram os resultados finais. Foi também em razão do reduzido número de atletas que os organizadores optaram por realizar a competição dos 800 metros rasos com duas classes funcionais distintas, disputando a prova simultaneamente. Desta forma, competiram juntas sete atletas, sendo quatro da classe B2 e três da classe B3.

Ao final da competição, a atleta Anelise Hermany conquistou a medalha de prata nos 800 metros rasos, ao concluir a prova em um tempo de 2min32seg50. O bronze nos 400 metros rasos, por sua vez, foi conquistado em um tempo de 1min05seg94. A atleta competiu em ambas as provas pela classe B2. Abaixo, destacamos uma imagem das medalhas conquistadas pela atleta Anelise nos Jogos Paralímpicos de Seul, realizado no ano de 1988.

Figura 4 - Medalhas conquistadas pela atleta Anelise nos Jogos de Seul (1988).



Fonte: Acervo pessoal da atleta Anelise Hermany.

Em seu depoimento, a atleta Anelise Hermany relatou emocionada sua conquista:

Esta foi a medalha que mais me emociona quando eu falo, porque foi uma superação muito grande. Foi maravilhoso. E é uma história maravilhosa. Não me arrependo de nada que eu fiz. Foram treinos difíceis. A gente não tinha patrocínio, não tínhamos sapatilha, tênis. Treinávamos com qualquer coisa, na pista de carvão. [...] Só tenho a agradecer. Se eu tivesse que voltar e fazer tudo de novo, eu voltaria, voltaria mesmo (HERMANY, 2015, p. 3).

De igual forma, ao recordar os dias em que esteve competindo em Seul, a atleta Vera Bergamo relatou que, no momento em que competiu nos 100 e nos 400 metros rasos, o que mais a marcou foi perceber que o estádio estava lotado e que havia aproximadamente, 50 mil pessoas a assistindo. Para ela, saber que estava representando o Brasil no maior evento esportivo mundial teve um valor e um sentido imenso. Ademais, destacou que sua participação nos Jogos de Seul, trouxe inúmeros aprendizados, tais como ter tido a oportunidade de competir ao lado da

recordista mundial dos 400 metros rasos de sua categoria e, também a oportunidade de conviver com atletas de diferentes países. Além disso, a atleta guarda com bastante carinho e cuidado recordações da competição, tais como o certificado e a medalha de participação, além do crachá dos Jogos, que podem ser observados na imagem abaixo:

Figura 5 - Recordações dos Jogos Paralímpicos de Seul da atleta Vera Bergamo.



Fonte: Acervo pessoal de Vera Bergamo

A atleta Leila Marques, por sua vez, classificou-se em quinto lugar em uma das provas que disputou, mesmo sendo sua primeira participação em Jogos

Paralímpicos e, tendo inúmeros obstáculos dentro e fora das pistas. Ademais, a atleta descreveu em detalhes qual foi sua percepção ao participar do maior evento esportivo mundial, na medida em que foi revivendo em suas memórias aqueles momentos:

O ginásio estava lotado. Tudo que fizeram para os outros atletas era para ti também e tu vendo e dizendo que aquilo tu só havias assistido pela televisão e que, agora, está acontecendo para ti também. Tu não acreditas que tu estás ali, vendo os teus colegas, atletas, pessoas superando os seus limites, barreiras e tudo. [...] Eu também sou capaz, eu estou aqui, mas tu não acreditas que, realmente, estás ali. Eu não acreditava que eu estava lá, naquele momento, principalmente, na abertura. [...] No momento da prova, também, quando dá a saída e tu estás ali, vai ter que dar o teu máximo. [...] Eu poderia ter ganhado uma medalha para levar ao meu País, mas, fiquei feliz por ser brasileira, por ter representado o Brasil. Sabes, tu não acreditas que “eu, aqui, sou o meu País”. Enfim, esta é a sensação que eu tive (MARQUES, 2015, p. 6).

Talvez, o entusiasmo e a seriedade com que treinava atletismo foram características que impulsionaram Leila a competir na edição seguinte dos Jogos Paralímpicos, ocorridos em Barcelona, na Espanha, em 1992. Para ela, os resultados nesta competição também poderiam ter sido mais favoráveis se as condições para o desenvolvimento da modalidade, de modo particular e do esporte paralímpico brasileiro, de forma geral, tivessem tido subsídios adequados. Além disso, um equívoco no momento da realização de sua inscrição, fez com que ela competisse apenas na prova de 400 metros rasos. Apesar destes empecilhos, o que se tornou inquestionável, foi o sentimento de poder estar representando o Brasil em uma competição. Para ela, “ser o país, naquele momento”, e poder ouvir as pessoas a aplaudindo, sem dúvidas, foi uma sensação indescritível.

Neste contexto, com exceção da atleta Leila Marques, que chegou a competir nos Jogos Paralímpicos de Barcelona, as atletas Anelise Hermany e Vera Bergamo, substituíram as pistas por outros objetivos pessoais. Esta questão é tratada pela professora Kátia Rubio (2006, p. 89), quando destaca que “durante a fase do amadorismo estrito, as condições de treinamento e competição imprimiam um modo de vida cuja duração tinha tempo limitado. Todos sabiam que não era possível sobreviver com aquela prática, que não era profissional, e que era socialmente reforçada como uma atividade de lazer”. Neste sentido, apesar da autora referir-se

ao contexto do esporte olímpico, podemos relacionar suas considerações ao universo do esporte paralímpico, uma vez que, como visto no subcapítulo anterior, a institucionalização do esporte para pessoas com deficiência só foi organizado em âmbito governamental a partir da criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), no ano de 1995.

Na conjuntura anterior a criação do CPB, os atletas que se dedicavam ao esporte paralímpico, o faziam por pouco tempo, uma vez que, não recebiam remuneração pelas atividades desempenhadas. Ao contrário disso, na maioria das vezes, era necessário que eles arcassem com suas próprias despesas, caso decidissem participar de competições. Esta realidade também se fez presente na trajetória das atletas sul-rio-grandenses que, em determinado momento de suas vidas, decidiram encerrar suas carreiras no esporte. Neste sentido, no subcapítulo que segue, serão destacados os motivos que as levaram a não mais eleger a prática do atletismo como plano principal em suas vidas e, desta forma, encerrarem suas trajetórias no contexto esportivo de alto rendimento.

4.4. O ENCERRAMENTO DA CARREIRA ESPORTIVA

Neste subcapítulo evidenciamos através das narrativas das atletas Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo os motivos que as levaram a encerrar suas carreiras no esporte paralímpico. Para tanto, correlacionamos suas memórias com informações que emergiram da revisão bibliográfica, procurando realizar um contraponto entre seus percursos e o contexto ao qual estiveram inseridas, com questões pontuais vinculadas ao término da carreira esportiva.

A transição de carreira esportiva é compreendida como sendo as mudanças ocorridas entre as fases de desenvolvimento do atleta no esporte (BARROS, 2008; BRANDÃO *et al.*, 2000). O término da trajetória no esporte, portanto, é um das fases pelas quais o atleta passa durante sua vida esportiva. Estas transformações, entretanto, podem ser resultado de distintos fatores, sejam eles pessoais ou sociais. Para Brandão *et al.* (2000, p. 50), dentre os principais agentes estão à “idade, novos

interesses emergentes, fadiga psicológica, dificuldades com a equipe técnica, resultados esportivos em declínio, problemas de contusão e saúde”.

Diante destas prerrogativas e, especialmente, a partir das narrativas das três atletas sul-rio-grandenses foi possível percebermos que diferentes fatores contribuíram para que o esporte deixasse de ocupar um espaço central na vida das atletas, para se tornar memória e registro de suas histórias. Desta forma, após retornarem dos Jogos Paralímpicos de Seul (1988), as atletas Anelise e Vera decidiram encerrar suas trajetórias no contexto esportivo. A atleta Leila Marques, por sua vez, encerrou seu caminho nas pistas, posteriormente, aos Jogos Paralímpicos de Barcelona (1992).

Neste sentido, foram diversos os desafios que as atletas precisaram enfrentar durante este período de desligamento, de certa forma, do contexto esportivo. Esta situação alterou também os rumos futuros de suas trajetórias. Para Barros (2008), os principais desafios a serem enfrentados por atletas que estão em processo de encerramento de suas carreiras, diz respeito à adaptação a um novo estilo de vida, a necessidade de iniciar uma nova carreira profissional ou mesmo a decisão por formar sua própria família.

As motivações que levaram a atleta Anelise Hermany a afastar-se do atletismo estiveram vinculadas, especialmente, a sua condição física. Em depoimento, a atleta nos relatou que continuou com os treinamentos até o ano de 1990, quando então decidiu interromper a prática esportiva em razão de dores na perna e, conseqüentemente, precisou adaptar-se a uma nova condição de vida.

Voltei a treinar em 1990, mas a minha perna já começou a querer incomodar. Fui para a Holanda em 1990, para o mundial, mas não deu para competir porque deu um problema com a Seleção. Depois, não teve mais como, sabe? Com a minha perna não tinha mais como competir. E hoje, sou dona de casa, tenho uma filha maravilhosa (HERMANY, 2015, p. 3).

De maneira similar, as atletas Leila Marques e Vera Bergamo, também precisaram se adaptar a uma nova realidade a partir do momento em que decidiram não ter mais o esporte como eixo central de suas vidas. A atleta Vera, por sua vez,

ao retornar de Seul (1988), substituiu sua rotina nas pistas pelo sonho de ser mãe e foi em razão deste anseio, que se afastou do contexto esportivo por dezoito anos. Apesar disso, no sentido contrário ao de suas companheiras que, em depoimento, não relataram uma nova aproximação com o esporte após o encerramento da carreira paralímpica, Vera voltou a competir de maneira amadora no ano de 2012.

Eu parei por dezoito anos, mais ou menos, desde que eu engravidei da minha filha. Daí eu parei de competir. Eu já tinha parado antes disso, mas, eu continuava correndo um pouco. Depois, parei por bastante tempo mesmo. Aí, lá no final de 2012 eu voltei a correr (BERGAMO, 2015, p. 5).

Para Vera, a maior dificuldade para voltar às pistas atualmente, é a falta de pessoas que se interessem por serem atletas-guias, especialmente, de pessoas da classe B1, como é o caso dela. Ademais, nos relatou em seu depoimento que enfrenta um desafio diário, especialmente, ao que se refere à organização de seu tempo. Assim, concilia a rotina de trabalho, os cuidados com a família e com a casa, além de reservar um período para seus treinamentos. Apesar disso, destacou que sempre teve muito apoio de seus familiares e, na medida do possível, eles também a acompanham nas provas em que disputa.

A minha filha é toda orgulhosa disso. Eles acham muito legal. Acham que nós somos corajosos em ir para a rua correr, por fazer isso e gostar. São bem companheiros. Eles vão assistir [...]. A corrida que eu participei na rua, a minha filha foi, fotografou e estava lá, bem feliz, acompanhando a função (BERGAMO, 2015, p. 6).

Este apoio dos familiares é tido como fator primordial para que os atletas permaneçam inseridos no contexto esportivo. No estudo realizado por Samulski, *et al.*, (2009), os autores evidenciaram a importância do apoio e do incentivo familiar para que o atleta se mantenha na prática esportiva. Além disso, enfatizaram que o núcleo familiar ocupa papel de destaque na carreira dos atletas, uma vez que, são reconhecidos como os principais motivadores para o início e continuação na trajetória esportiva.

Talvez tenha sido este apoio dos familiares que tenha motivado a atleta Vera Bergamo a continuar competindo, mesmo que de maneira amadora, em provas de atletismo paralímpico. Com relação a isso, destacamos duas imagens abaixo, onde expõe-se as medalhas conquistadas por Vera durante seu percurso esportivo. Nestas figuras, estão evidenciadas conquistas em âmbito nacional e internacional, em provas de atletismo paralímpico de alto rendimento e também amadoras.

Figura 6 - Medalhas conquistadas pela atleta Vera Bergamo



Fonte: Acervo pessoal da atleta Vera Bergamo.

Figura 7 - Medalhas conquistadas pela atleta Vera Bergamo



Fonte: Acervo pessoal da atleta Vera Bergamo.

Neste sentido, o envolvimento ainda presente da atleta Vera Bergamo com o esporte, especialmente com a prática do atletismo, é destacado como fator positivo para a transição entre um contexto competitivo de alto rendimento a uma condição diferente desta. Brandão *et al.* (2000) evidenciam que a possibilidade de desempenhar uma atividade relacionada ao esporte mostra-se como tendo um importante papel na vida de um ex-atleta de alto rendimento. Ademais, esta condição pode ser diretamente influenciada, segundo Barros (2008), pela forma como o atleta enfrentou transições anteriores. De igual modo, as diferentes fases vivenciadas pelo atleta durante suas atividades esportivas podem influenciar, de modo positivo ou negativo, as posições que ele ocupará, posteriormente, em sua vida.

Este processo de transição de carreira esportiva exerce, na maioria das vezes, uma influência direta no que diz respeito à visão que o atleta tem sobre si mesmo (BARROS, 2008). Assim, sendo esta uma questão de identidade, se exige do atleta certas adaptações, sejam elas referentes ao modo como ele se percebe ou a forma como se relaciona. Entretanto, um equívoco recorrente, segundo Barros (2008, p. 10) é o fato de “não se considerar a possibilidade de desenvolvimento de uma identidade fora do esporte e supor que o processo de término de carreira esportiva é um evento inerentemente negativo”.

Para a atleta Leila Marques, este processo de transição ou encerramento de carreira esportiva, abriu possibilidade para que ela se dedicasse a anseios que se faziam presentes em sua vida, antes mesmo de ter contato com o esporte e que, em razão de suas escolhas, precisaram ser adiados. Assim, em nenhum momento de sua narrativa destacou que ter se afastado do atletismo foi tido como algo negativo. Ao contrário disso, a atleta substituiu as pistas por uma sala de aula, e a busca por índices cedeu lugar ao desejo de realizar-se profissionalmente. Em seu depoimento a atleta narrou quais foram os motivos que a levaram a eleger outros caminhos e a percorrer novas “pistas” em sua vida:

Depois de 1992 eu continuei minha vida de trabalho, porque precisava me dedicar. Eu me casei em 1993, já com uns 20 e poucos anos, quase 28 eu acho, daí eu não tinha mais tempo, porque estava na hora de me dedicar a minha vida, ao meu trabalho, enfim, à minha casa. Não era mais o que eu gostaria, porque eu não tinha tempo também. Eu voltei aos estudos, terminei o ensino médio. Passou o tempo, tive a minha filha e, enfim, “larguei” de vez. Não me interessei mais, porque eu estava me interessando mais ao meu trabalho, me desenvolvendo no meu trabalho (MARQUES, 2015, p. 9).

A partir da narrativa da atleta Leila, tornou-se notório o desejo por voltar às salas de aula e dedicar-se aos estudos. De fato, esta é uma questão que se faz presente ainda no tempo presente, uma vez que, significativa parcela dos atletas de alto rendimento, que iniciaram suas trajetórias no esporte ainda quando crianças substituíram seus estudos por treinamentos em clubes e/ou espaços de formação de atletas. No estudo realizado por Samulski, *et al.*, (2009) são destacadas as dificuldades que atletas jovens possuem para administrarem suas carreiras

esportivas. Desta forma, os autores evidenciaram que são notórios os problemas para gerência simultânea entre os estudos e a prática esportiva, especialmente, em atletas inseridos no cenário de alto rendimento.

Apesar de esta ter sido a realidade da atleta Leila Marques que, em determinado momento de sua vida, decidiu dedicar-se ao esporte ao invés de dar continuidade a sua formação profissional, a atleta destacou que o esporte significou muito para ela e que esta escolha deixou um legado único em sua trajetória de vida. Além disso, nos relatou que o maior ensinamento que teve com o esporte foi saber que a persistência leva as pessoas a vencerem seus próprios limites. Neste mesmo sentido, a atleta Anelise Hermany, ao relembrar sua trajetória, enfatizou o sentimento de gratidão por ter sido uma das atletas deficientes visuais pioneiras do atletismo paralímpico sul-rio-grandense e brasileiro.

Relembrar de tudo isso é muito bom, muito bom mesmo. Temos orgulho de sermos os pioneiros. O pessoal está aí hoje em dia é graças a nós também. Eles têm que olhar um pouco para trás (HERMANY, 2015, p. 12).

Ao falar sobre a evolução do esporte paralímpico brasileiro, a atleta Leila Marques relatou que percebe um maior reconhecimento, além do crescimento dos incentivos. Para ela, o aumento no número de medalhas do país tem estreita relação com esta nova conformação. Para Vera Bergamo, o esporte paralímpico também evoluiu de maneira significativa nos últimos anos. Além disso, a atleta destacou que atualmente, existem entidades públicas e privadas que se dedicam a desenvolver o esporte adaptado e paralímpico em todas as regiões do Brasil, além de recordar-se também dos incentivos governamentais, tais como o programa bolsa atleta.

Diante das lembranças das três atletas sul-rio-grandenses foi possível escrevermos uma versão do desenvolvimento do esporte paralímpico brasileiro em seus primeiros anos, além de registrar uma história de dedicação ao atletismo em um tempo onde a entrega ao esporte se sobressaia aos incentivos recebidos. Esta realidade, portanto, também pode ter representado uma influência que, de certa forma, induziu as atletas a encerrarem suas trajetórias esportivas.

As motivações que levam as atletas de alto rendimento a encerrarem suas carreiras são interpretadas e classificadas de diferentes formas por estudiosos do

campo esportivo. Os autores Agresta, Brandão e Neto (2008), por exemplo, evidenciam a existência de duas situações distintas que delimitam a aposentadoria de atletas. Uma delas se apresenta de forma voluntária, sendo caracterizada quando os atletas percebem que o rendimento está em declínio, quando sofrem alguma lesão grave ou mesmo quando consideram que já cumpriram, de certa forma, os objetivos a que se propuseram. A outra situação é apresentada a partir do momento em que “o esporte” aposenta o atleta, ou seja, quando as respostas ao treinamento não são tão efetivas e, em razão disso, os técnicos e dirigentes esportivos decidem pela exclusão do atleta da equipe, grupo e/ou delegação.

A partir destas questões e da análise das narrativas, podemos destacar que, apesar da fase de transição de carreira esportiva ter sido vivenciada pelas atletas de maneiras distintas e ter sido impulsionada por motivos também diferentes, as três atletas sul-rio-grandenses decidiram de forma voluntária encerrar seus percursos na pista de atletismo. Os motivos que as levaram a tomar esta decisão, entretanto, diferenciam-se, assim como a visão que cada uma delas tem do esporte. Desta forma, para além das questões já descritas, destacamos que as atletas vivenciaram o esporte em suas particularidades e atribuíram a ele diferentes significados.

Em razão disso, cada uma delas carrega consigo diferentes memórias, distintas lembranças e inúmeros aprendizados de um mesmo tempo e espaço. Neste sentido, o contexto esportivo paralímpico deixou marcas na trajetória esportiva destas atletas pioneiras, assim como elas marcaram um tempo através de seus feitos. Registrarmos suas lembranças, suas memórias e seus caminhos no esporte é uma forma evidenciar a própria história esportiva paralímpica do país, uma vez que, estas atletas vivenciaram sua conformação inicial e, por isso, deixaram um legado que deve ser preservado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou investigar os percursos esportivos das atletas Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo que vivenciaram o contexto de estruturação inicial do atletismo paralímpico no Rio Grande do Sul. Para tanto, a investigação esteve amparada pelas interfaces da Nova História Cultural, a qual possibilitou que identificássemos e, a partir disso, apresentássemos uma versão, acerca do cenário sociocultural de desenvolvimento das ações pioneiras do atletismo paralímpico, no Rio Grande do Sul (décadas 1970/1980). Ademais, nossa aproximação com tais pressupostos nos permitiram perceber as atletas enquanto sujeitos culturalmente construídos. Desta forma, evidenciamos distintas visões acerca de um mesmo contexto.

Diante disso, as narrativas das atletas foram coletadas conforme orientações advindas com a metodologia da História Oral. Esta, por sua vez, permite o conhecimento de realidades sociais, a partir das memórias de pessoas que vivenciaram determinado acontecimento. Em razão disso, os depoimentos das atletas estão estritamente relacionados às suas memórias individuais e, portanto, carregam sentimentos e sensações particulares. Por conta disso, estas fontes orais foram interpretadas também em suas individualidades o que nos possibilitou traçar relações de semelhança entre elas, mas, também, evidenciar percepções distintas.

Para melhor compreendermos o contexto de desenvolvimento do atletismo paralímpico e, especialmente, os percursos esportivos das atletas Anelise, Leila e Vera elaboramos quatro questões que nortearam a escrita das linhas desta investigação. A primeira delas se propôs a investigar como ocorreu a inserção das atletas no contexto do atletismo paralímpico. Contudo, antes de direcionarmos nossas análises para as narrativas, apresentamos no capítulo 3, de maneira bastante suscita particularidades acerca do atletismo nos Jogos Paralímpicos, tendo como delimitador os Jogos de Seul, que ocorreram em 1988. Esta escolha se justifica, dentre outros motivos, por ter sido nesta edição que as três atletas sul-riograndenses fizeram parte da delegação brasileira de atletismo paralímpico. Neste sentido, apesar das atletas terem se inserido no esporte de formas distintas, em determinada fase de suas trajetórias estiveram unidas por um mesmo objetivo.

A segunda questão norteadora procurou delinear, através da análise da legislação, quais foram as condições de desenvolvimento do esporte paralímpico em seu contexto inicial. Para tanto, descrevemos o processo de institucionalização de estruturas governamentais, responsáveis por orientar as ações, especialmente as esportivas, destinadas às pessoas com deficiência. A partir disso, tornou-se notável a significativa influência exercida pela falta de uma estrutura organizacional que orientasse as ações das entidades criadas para desenvolver o esporte paralímpico e adaptado no país. Esta falta de sistematização refletiu de maneira direta na conduta das associações, clubes e centros, além de influenciar o próprio desempenho dos atletas. Tais questões tornaram-se evidentes a medida com que as atletas que vivenciaram o esporte naquele período (1970/1980), narraram suas experiências e destacaram a falta de condições de treinamento, a má organização das competições nacionais e a falta de incentivos aos atletas que participavam de competições internacionais.

A terceira questão pretendeu identificar ocorreu a participação das atletas sul-rio-grandenses em competições esportivas nacionais e internacionais relacionando, para tanto, suas memórias com o contexto de desenvolvimento do esporte paralímpico. Diante disso, a partir das informações que emergiram das fontes foi possível percebermos que o auge do percurso das três atletas sul-rio-grandenses foi a participação nos Jogos Paralímpicos de Seul, na Coreia do Sul, no ano de 1988. Diferentemente da edição de Nova York, em 1984, quando a atleta Anelise Hermany foi a única mulher deficiente visual a ser convocada para compor a delegação brasileira de atletismo, para os Jogos de Seul, além de Anelise, as atletas Leila Marques e Vera Bergamo, ambas do Rio Grande do Sul, foram convocadas. Foi neste cenário, portanto, que as pioneiras emergiram do silêncio de uma história esportiva construída por muitos obstáculos.

A quarta e última questão norteadora pretendeu relacionar quais foram os motivos que levaram as atletas a encerrarem suas carreiras no esporte. Assim, com exceção da atleta Leila Marques, que encerrou sua trajetória no esporte após retornar dos Jogos Paralímpicos de Barcelona (1992), as atletas Anelise Hermany e Vera Bergamo, substituíram as pistas por objetivos pessoais posteriormente aos Jogos de Seul, em 1988. Neste sentido, evidenciamos que, apesar da fase de transição de carreira esportiva ter sido vivenciada por elas de maneiras distintas e

ter sido impulsionada por motivos também diferentes, as três atletas sul-rio-grandenses decidiram de forma voluntária encerrar suas trajetórias nas pistas de atletismo. Ademais, destacamos que, a partir das narrativas das atletas, percebemos que elas vivenciaram o esporte conforme suas particularidades e, em razão disso, atribuem ao período vivenciado diferentes sentidos e significados.

Destarte, para além de competir em provas de 100, 400 ou 800 metros rasos as precursoras do atletismo paralímpico sul-rio-grandenses superaram distâncias muito maiores. Elas vivenciaram um tempo histórico (1970/1980), um contexto sociocultural (Rio Grande do Sul/Brasil) e identidades sociais (mulheres, atletas, deficientes visuais). Desta forma, o contexto esportivo paralímpico deixou marcas em suas trajetórias esportivas, assim como elas marcaram um tempo através de seus feitos. Suas narrativas, portanto, evidenciam muito mais que seus percursos esportivos particulares, elas registram parte da história esportiva brasileira. Diante disso, espera-se, por meio desta versão da história, contribuir com outros estudos, mas também preservar a memória esportiva do país que sediará os Jogos Paralímpicos em 2016.

REFERÊNCIAS

- AGRESTA, M.C.; BRANDÃO, M.R.F; NETO, T.L.B. Causas e Consequências Físicas e Emocionais do Término de Carreira Esportiva. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 14, n.6, p. 504-508, Nov./dez., 2008.
- ALBERTI, V. **História oral e a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBERTI, V. História dentro da História. *In*: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-220.
- ALBERTI, Verena. **Da “versão” a “narrativa” no Manual de história oral**. *História Oral*, v.15, n. 2, p. 159-166, jul/dez. 2012.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 73-98, dez. 2008.
- ARAÚJO, P. F. **Desporto Adaptado no Brasil**: origem, institucionalização e atualidades. 1997. 142 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 1997.
- ATLETISMO. **Brasil 2016. Portal Oficial do Governo Federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/paraolimpiadas/modalidades/atletismo>>. Acesso em: 2015.
- ATLETISMO. **Portal RIO 2016**. 2015. Disponível em: <<http://www.rio2016.com/paraolimpiadas/atletismo>>. Acesso em: 2015.
- BARDIN, L. (2000). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- BARROS, José D’Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BARROS, K.S. Recortes da transição na carreira esportiva. **Revista Brasileira de psicologia do esporte [online]**, v.2, n.1, p. 01-27, 2008.
- BARROS, J. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BERGAMO, V. L. (2015). *Vera Luiza Bergamo*: depoimento 24 fev. 2015. Entrevistadores: Josiana Ayala Ledur e Rafaela Bertoldi. Transcrição: Tuany Defaveri Begossi. Porto Alegre. Entrevista concedida ao Projeto Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012).

BRANDÃO, M.R.F.; AKEL, M.C.; ANDRADE, S.A.; GUISELINI, M.A.N.; MARTINI, L.A.; NASTÁS, M.A. Causas e consequências da transição de carreira esportiva: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 49-58, jan. 2000.

BRASIL. **Decreto n. 66.967 de 27 de julho de 1970**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>> Acesso em: 2015.

BRASIL. **Decreto n. 81.454 de 17 de março de 1978**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81454-17-marco-1978-430536-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2015.

BRASIL. **Decreto n. 93.481, de 29 de outubro de 1986**. Dispõe sobre a atuação da Administração Federal no que concerne às pessoas portadoras de deficiências, institui a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93481.htm>. Acesso em: 2015.

BRASIL. **Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937**. Estabelece nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 2015.

BRASIL. **Lei n. 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em: 2015.

BRASIL. **Lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8028.htm>. Acesso em: 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 2015.

BRASIL. **Decreto n. 7.256 de 4 de agosto de 2010**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Representação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7256.htm>. Acesso em: 2015.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARDOSO, V. D.; GAYA, A. A Classificação funcional no Esporte Paralímpico. **Conexões**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 132-146, abr./jun., 2014.

CARMONA, E. K. **Atletas deficientes visuais sul-rio-grandenses nos Jogos Paralímpicos: cenários e memórias.** 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física Fisioterapia e Dança, UFRGS, Porto Alegre, 2015a.

CARMONA, E.K. **Práticas Esportivas e Deficientes Visuais: Vestígios de Memórias.** 2015. 15f. Trabalho conclusão do curso. (Especialização em Jornalismo Esportivo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, 2015b.

CARMONA, E. K. ; PEREIRA, E. L.; MAZO, J. Z. Cenários da produção do conhecimento sobre o esporte adaptado no Brasil. *In*: Congresso Paradesportivo Internacional, IV, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Academia Paralímpica Brasileira, 2014, p. 46-50.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CHARTIER, Roger. **A nova história cultural existe?** *In*: PESSAVENTO, Sandra. *História e linguagens.* RJ: 7Letras, 2006, p. 35.

CHICON, José Francisco. Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar. **Revista Movimento**, Porto Alegre, vol. 14, núm. 1, p. 13-38, janeiro-abril, 2008.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Jogos Paralímpicos.** Porto Alegre, 2015. Disponível em: < <http://www.cpb.org.br/>>. Acesso em: 2015.

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.3, p. 27-42, maio, 2004.

EIRAS, L. F. G.; AMORIM, B. B.; CARMO, N. M.; RUSSO, M. M. Construção da Imagem corporal em deficientes visuais. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p. 94-110, jul./dez., 2012.

FALKENBACH, A. P.; CHAVES, F. E.; NUNES, P. D.; NASCIMENTO, V. F. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 02, p. 37-53, maio/agosto, 2007.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A Educação de Pessoas Cegas. **Avesso do Avesso**, Araçatuba, v.5, n.5, p.74-82, Ago. 2007.

GORGATTI, M. G.; JÚNIOR, D. R. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 119-140, abril/junho, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEIDELBERG, 1972. **Portal Oficial do Governo Federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/paraolimpiadas/as-edicoes/heidelberg-1972>>. Acesso em: 2015.

HERMANY, A. (2015) *Anelise Hermany*: depoimento 26 mar. 2015. Entrevistador: Eduardo Klein Carmona. Curitiba. Transcrição: Vinícius Fin. Entrevista concedida ao Projeto Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012).

HISTÓRIA. Institucional, **Instituto Santa Luzia**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.isl-rs.com.br>> Acesso em: 2015.

HISTÓRIA DO INES. **Conheça o INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/index.php/historia-ines>>. Acesso em: 2015.

LIRA, M. C. F.; SCHLINDWEIN, L. M. A pessoa cega e a inclusão: Um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 171-190, maio/ago., 2008.

MAQUES, L. (2015). *Leila Marques*: depoimento 18 mar. 2015. Entrevistadores: Eduardo Klein Carmona, Josiana Ayala Ledur e Tuany Defaveri Begossi. Transcrição: Tuany Defaveri Begossi. Porto Alegre. Entrevista concedida ao Projeto Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012).

MARQUES, R. F. R *et al.* Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 365-377, out./dez., 2009.

MAZO, J. Z.; CARMONA, E. K.; HATJE, M. Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos. *In*: XI Seminário Internacional de Educação Física e Saúde – Perspectivas de Desenvolvimento num Mundo Globalizado, 2015, Porto/Portugal. **Anais...** Porto: Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto, 2015, p. 418-426.

MIRANDA, T. J. **Comitê Paralímpico Brasileiro: 15 anos de história**. 2011. 330 F. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, UNICAMP, São Paulo, 2011.

MORATO, M. P.; GOMES, M. S. P.; SCAGLIA, A. J.; ALMEIDA, J. J. G. A mediação cultural no futebol para cegos. **Movimento**, v. 17, n. 04, p. 45-63, out./dez., 2011.

NOSSA HISTÓRIA. **Como tudo começou...Instituto Benjamin Constant**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>> Acesso em: 2015.

NOSSA HISTÓRIA. Ata de fundação. **Associação de Cegos Luiz Braile - ACELB**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.acelb.org.br/default.php?PHPSESSID=1b9174683b07cda4c55f1aa83366e550>>. Acesso em: 2015.

PARSONS, A. WINCKLER, C. Esporte e a Pessoa com Deficiência – Contexto Histórico. *In*: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. (Orgs.) **Esporte paralímpico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

PEREIRA, R.; OSBORNE, R.; PEREIRA, A.; CABRAL, S.I. A importância do desporto de alto rendimento na inclusão social dos cegos: Um estudo centrado no Instituto Benjamin Constant – Brasil. **Motricidade**, v. 9, n. 2, p. 95-106., 2013.

PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RAVACHE, R. **Atletismo paraolímpico**: Manual de orientação para professores de Educação Física: Brasília: Comitê paraolímpico Brasileiro, 2006.

ROMA 1960. **Portal Oficial do Governo Federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/paraolimpiadas/as-edicoes/roma-1960>>. Acesso em: 2015.

RUBIO, Kátia. O imaginário da derrota no esporte contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**. v. 18, n.1, p. 86-91, jan./abr., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a12v18n1.pdf>

SAMULSKI, D. M.; MORAES, L.C. C. A.; FERREIRA, R.M.; MARQUES, M. P.; SILVA, L.A.; LÔBO, I. L. B.; MATOS, F. O.; SANTIAGO, M. L. M.; FERREIRA, C. H. S. Análise das transições das carreiras de ex-atletas de alto nível. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 2, p. 310-317, abr./jun. 2009.

SANTOS, Andrea Paula dos. Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho. *In*: **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador: Tecnologia e Civilização**. 2005, Ponta Grossa: v. 1, 2005, pp. 1-8.

SILVA, A. J.; DUARTE, E.; ALMEIDA, J. J. G. Campeonato escolar e deficiência visual: o discurso dos professores de educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 37-55, abr./jun., 2011.

TORONTO, 1976. **Portal Oficial do Governo Federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/paraolimpiadas/as-edicoes/toronto-1976>>. Acesso em: 2015.

THOMPSON, Alistar. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UNESCO. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Tradução Oficial/Brasil. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 2015.

VAMPLEW, W. História do Esporte no cenário internacional: visão geral. **Revista Tempo**, Niterói, vol. 19 n. 34, p. 5-17, jan./jun., 2013.

VERÍSSIMO, A. W. Atletismo para deficiente Visual. *In*: VERÍSSIMO, A. W.; RAVACHE, R. **Atletismo paraolímpico**: manual de orientação para professores de educação física. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, p. 11-46.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados de Identificação Pré-Entrevista

- Nome completo:
- Apelido:
- Data de nascimento:
- Naturalidade:
- Endereço p/contato:
- Telefone:
- E-mail:
- Modalidade e provas que disputou (se precisar):
- Clube ou entidade que atualmente representa:
- Clube ou entidade que já representou:
- Tipo de deficiência e classificação funcional:
- Possui ou possuiu bolsa atleta:
- Outra atividade laboral (qual?):

Roteiro de Entrevista

Algumas questões podem gerar outras perguntas. As questões servem de pauta (roteiro) para subsidiar o pesquisador (entrevistador) durante a entrevista.

- Fale sobre a sua trajetória no esporte.
- Quais os motivos que o levaram ao esporte?
- Como ocorreu a sua inserção no esporte?

- Qual o papel da sua família na sua inserção no esporte?
- Como surgiu o interesse por este esporte em específico?
- Quais foram os maiores desafios enfrentados no início da sua carreira? E depois, ao longo dela?
- Quais competições que você destacaria como as mais importantes em sua carreira? Por quê?
- Qual o significado dos Jogos Paralímpicos para você? Que momentos da sua participação você destacaria?
- O que representa para você ter participado dos Jogos Paralímpicos? O que essa participação mudou na sua vida?
- O que significou a conquista da medalha para você?
- Qual é/era o seu maior desejo como atleta Paralímpico?
- Como você percebe o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil?
- Você gostaria de falar algo que não foi perguntado na entrevista? Sinta-se à vontade, este espaço é seu.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar do projeto de pesquisa “MEMÓRIAS DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS BRASILEIROS NOS JOGOS PARALÍMPICOS (1972-2012)”, por você apresentar possibilidades de contribuir para o mesmo a partir de seus conhecimentos e de suas experiências. O objetivo da pesquisa é “ANALISAR HISTORICAMENTE O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL, DE 1972 A 2012”.

Se você concordar em participar deste estudo, responderá a uma entrevista com um roteiro pré-elaborado pelo grupo de pesquisadores, com o tempo máximo de duração previsto de uma hora. Seu relato é muito importante para que possamos levantar informações necessárias para nossos estudos, a partir da visão de quem vivenciou e representou o Brasil nos Jogos Paralímpicos. Para tanto, requeremos seu assentimento para a realização da entrevista, pois esta poderá ser gravada em áudio e/ou vídeo através de aparelhos digitais, tais como câmera filmadora e gravador de voz.

Informamos, também, que sua entrevista será transcrita integralmente. Finalizada a transcrição, se for do seu interesse, retornaremos o documento para o senhor (a), para sua revisão e seu consentimento de publicação dos resultados. Solicitamos autorização para utilizarmos suas imagens, captadas durante a filmagem da entrevista, além de eventuais fotografias, para a produção de projetos áudio-visuais (video clips, documentários, etc.) e/ou projetos culturais (exposições, oficinas, etc.) sobre as histórias de vida dos atletas paralímpicos brasileiros. Caso seja do seu interesse, enviaremos posteriormente uma cópia da entrevista em áudio e/ou vídeo para uso pessoal.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o (a) senhor (a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que

isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas sem fins comerciais. Com a sua permissão, as informações geradas a partir de seu depoimento poderão ser disponibilizadas (formas escrita e/ou visual) em plataformas sociais online do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física da ESEF/UFRGS, bem como no site do mesmo, de livre acesso, o qual possui a finalidade de preservar e divulgar a memória do esporte paralímpico Brasileiro.

Informamos ainda, que o(a) senhor(a) não terá custos financeiros e nem será remunerado(a) por sua participação. No entanto, adotaremos os cuidados necessários para evitar qualquer tipo de constrangimento relativo à pesquisa, embora sempre existe a possibilidade de riscos. Esperamos por meio das ações veiculadas a este projeto, preservar a memória Paralímpica brasileira e produzir novos conhecimentos; divulgando os resultados no meio acadêmico e esportivo, contribuindo para o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil.

Caso o (a) senhor (a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, poderá contatar a qualquer momento a pesquisadora responsável pelo projeto, Professora Janice Zarpellon Mazo, no endereço profissional à Rua Felizardo, nº 750, Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre – RS, CEP 90690-200, ou pelos telefones (51) 99579428/33883031, ou no endereço eletrônico janmazo@terra.com.br, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo telefone 3308.3629 ou por e-mail: etica@propesq.ufrgs.br.

Por fim, é importante esclarecer que este estudo é parte integrante de um projeto maior, intitulado “Cenários Históricos e Socioculturais dos Esportes e da Educação Física no Rio Grande Do Sul – Brasil”, também aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo número 27331.

O presente termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor (a).

_____, ____ de _____ de 201____

Entrevistador

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: _____

Eu, _____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos, concordo em conceder a entrevista e participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: _____

Eu, _____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima. Assim, permito a identificação de meu nome, o uso do áudio e vídeo captados durante a entrevista para os fins descritos no presente termo. Declaro que recebi cópia deste documento.

Assinatura: _____

Data: _____

Em caso de algum tipo de restrição com relação ao uso do áudio e vídeo captados durante a entrevista, favor utilizar o campo abaixo para maiores esclarecimentos.
